

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”), possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades; aluguel de imóveis próprios.

Em 1º de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2020/21, operando com dezesseis unidades de produção, com uma área plantada total de 468,2 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, ao longo de todo ano, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

- a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;
- b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros);
- c) Valor realizável de estoques (IAS 02/CPC 16 – Estoques);
- d) Impairment de ativos imobilizado e intangível (IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
- e) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos e das propriedades para investimentos;
- f) Impactos na receita do período e nas margens;
- g) Análise de continuidade operacional da Companhia; e
- h) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e covenants.

Os itens acima elencados passaram a ser estudados com recorrência, não tendo sido identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Neste sentido, é importante comentar que as operações da Companhia e suas controladas seguem sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias foram aplicadas para que a Companhia atravessasse esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê, o qual ficou responsável pela elaboração do Plano de Contingência COVID-19 e do Guia de Enfrentamento do COVID-19 e passou a realizar um acompanhamento contínuo desses instrumentos de atuação de forma regular, visando a minimização dos riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia e suas controladas.

1. Contexto operacional--Continuação

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras--Continuação

Em relação ao seu negócio, cabe mencionar que a Companhia faz parte de um setor considerado essencial, em relação à manutenção de sua atividade produtiva, uma vez que, dentre os seus três principais produtos, dois são utilizados pela indústria alimentícia e de bebidas como matéria-prima. Outro fator que merece destaque e que envolve diretamente a Companhia é a forte demanda por exportações, favorecidas pela valorização do dólar, em conjunto com uma apreciação do valor das principais commodities que comercializa. Em relação à cadeia logística, cabe salientar que não foram verificadas rupturas nas operações e logística de exportação de maneira geral, bem como nas operações de recebimento de insumos.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia geriu possíveis alterações ao longo do ano e, calcada em um compromisso importante vinculados a forma como as negociações são realizadas e os players escolhidos como parceiros comerciais, não identificou questões importantes relacionadas a estes compromissos, tendo a comercialização e entrega dos produtos ocorrido sem percalços.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia se posicionou para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas e, mesmo eventuais reprogramações, estão dimensionadas para que não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--

Continuação

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
3.c e 8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
3.e, 14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
3.q e 13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
3.j e 19	Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis e ativos contingentes
3.h e 10	Imposto de renda e contribuição social diferidos
3.i e 25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
3.k e 28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera ter direito. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O critério específico, a seguir, deve também ser satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e sua controlada não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos.

Venda de terras

Algumas controladas possuem como objeto de negócio a vendas de terras. As vendas acontecem em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, sendo reconhecidas conforme previsto na seção Reconhecimento da receita acima.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estas receitas são classificadas no grupo de “outras receitas operacionais”, visto não representarem o objeto principal do negócio do Grupo.

b) Estoque

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem substancialmente às culturas de soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. São mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos a incorrer. Neste momento a transformação do ativo biológico é significativa e o impacto sobre o valor é material.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Esta mensuração é uma estimativa apurada baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado/preços vendidos.
- (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como:
 - (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

3. Políticas contábeis--Continuação

d) Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa	Vida útil
Correção e desenvolvimento do solo	10%	10 anos
Prédios e benfeitorias	3,33%	30 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	16,67%	6 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	9,09%	11 anos
Veículos	8,33%	12 anos
Outros	10%	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constatou que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

A Companhia apura para determinadas classes de ativos o valor residual considerando a receita que obteria com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

O valor residual e a vida útil dos ativos, são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O CPC 48 (IFRS 9), exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Em linha com o artigo 30 da lei 12.973/14, esta subvenção foi excluída da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, por se tratar de subvenção para investimento.

O valor da subvenção para investimento não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do benefício foi transferido da rubrica de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, são calculados pelo regime de caixa, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de presunção excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre a base de presunção para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,05%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. A contrapartida está nos impostos a pagar no passivo. Os valores de impostos a pagar são compensados com eventuais créditos de impostos provenientes da compra de insumos e de ativo imobilizado, nas fazendas que permitem a tomada do crédito.

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

Custo amortizado

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo avalia, se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1) (IFRS 2). Detalhes dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 28.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 22.i).

n) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3. Políticas contábeis--Continuação

o) Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

p) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos da CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), utilizando o método indireto.

q) Operações de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodozeiras, maquinários, veículos e imóveis.

A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

3. Políticas contábeis--Continuação

q) Operações de arrendamento--Continuação

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

A metodologia de cálculo utilizada é do método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição.

Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

- a) Contratos de parcerias: contratos que determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável;
- b) Adicionais atrelados à produtividade: além do preço do arrendamento, alguns contratos preveem acréscimo do valor, através de adicional da produtividade, resultante da média aritmética da produtividade obtida com a exploração agrícola pela arrendatária. Contratos com esse tipo de característica são mensurados pelo montante fixo mínimo, sendo o adicional atrelado à produtividade considerado como totalmente variável; e
- c) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Impactos no resultado do exercício

Os arrendamentos são contabilizados como arrendamentos financeiros, trazendo um componente financeiro, que reduz o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro.

r) Normas novas ou revisadas

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Normas novas ou revisadas--Continuação

demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Normas novas ou revisadas--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não trouxe impacto às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Controladas		Localização
		Diretas %	Indiretas %	
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	52,2	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	50,1	Mato Grosso - MT
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paiguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS

4. Demonstrações financeiras consolidadas --Continuação

O período das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 10 de março de 2020, da controlada SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A, foi o aprovado aumento de capital no valor de R\$ 47, sendo totalmente integralizado pela Companhia, passando essa a ter o montante de 52,2% do capital total da controlada. Essa subscrição exclusiva por parte da SLC Agrícola S.A. teve anuência da outra acionista, Mitsui & Co. Ltd.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades em R\$	-	80.080	84	80.104	105
Disponibilidades câmbio **	-	15.073	5.228	15.073	6.656
CDB-DI	100,75% do CDI*	1.224.137	645.154	1.508.558	820.891
Operação compromissada	-	-	28.889	-	32.360
Letra arrendamento mercantil	100,00% do CDI*	-	23.843	318	24.755
Outras aplicações	70,58 % do CDI*	663	652	663	652
		1.319.953	703.850	1.604.716	885.419
Caixa e equivalentes de caixa		1.319.290	649.548	1.604.053	829.427
Aplicações financeiras de curto prazo		-	53.652	-	55.342
Aplicações financeiras de longo prazo		663	650	663	650

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2020.

(**) Valores em reais, convertido pelo dólar Ptax de compra do dia 30 de dezembro de 2020.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários e letras de arrendamento mercantil, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2020, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras de longo prazo possuem caráter de reciprocidade (operações caucionadas), as quais representam no ativo não circulante o montante de R\$ 663 da carteira na controladora e no consolidado (R\$650 em 31 de dezembro de 2019).

A exposição do Grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 25.

O aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa no período se deve, principalmente, à geração de caixa operacional positiva do exercício, a liberação do valor de conta *escrow* referente a vendas de terras da Fazenda Parnaíba, ocorrida em novembro de 2019, bem como a captação de financiamento através de operação de CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), realizada em dezembro de 2020 pela Companhia.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	11.510	11.135	13.870	11.463
Mercado externo	166.575	125.979	193.413	166.942
Total	178.085	137.114	207.283	178.405

A exposição do Grupo aos riscos de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 25.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos agrícolas	518.292	431.819	541.467	476.433
Produtos agrícolas - custos de formação	402.266	333.616	421.670	379.394
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	116.026	98.203	119.797	97.039
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	561.228	470.911	646.305	549.264
Embalagens e material de acondicionamento	10.822	9.848	12.240	11.492
Peças de reposição	10.960	8.364	12.928	10.145
Outros estoques	34.500	19.296	38.407	22.264
Adiantamentos a fornecedores	43.212	1.719	49.735	1.756
	1.179.014	941.957	1.301.082	1.071.354

A Companhia não possui provisão para perdas com estoques registrada em 31 de dezembro de 2020 (R\$14 em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado).

8. Ativo biológico

Segue abaixo a posição dos ativos biológicos da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo biológico - culturas em formação	723.600	666.930	871.048	779.543
Ativo biológico - rebanho bovino	15.667	1.024	20.756	1.046
Total	739.267	667.954	891.804	780.589

a) Ativo biológico – culturas em formação

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora				
	Soja	Algodão	Milho	Outras culturas ^(*)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	370.603	217.205	42.837	36.285	666.930
Gastos com plantio	493.614	982.903	204.771	131.695	1.812.983
Variação do valor justo (*)	251.799	306.910	61.248	52.170	672.127
Colheitas - produtos agrícolas	(756.978)	(1.276.873)	(254.600)	(139.989)	(2.428.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	359.038	230.145	54.256	80.161	723.600
Ativo biológico - custos de formação	290.795	230.145	54.256	80.161	655.357
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	68.243	-	-	-	68.243

	Consolidado				
	Soja	Algodão	Milho	Outras culturas ^(*)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	461.928	237.584	43.959	36.072	779.543
Gastos com plantio	619.067	1.164.052	240.221	161.122	2.184.462
Variação do valor justo (*)	315.535	326.673	62.353	65.325	769.886
Colheitas - produtos agrícolas	(949.503)	(1.457.011)	(288.196)	(168.133)	(2.862.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	447.027	271.298	58.337	94.386	871.048
Ativo biológico - custos de formação	364.608	271.298	58.337	94.386	788.629
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	82.419	-	-	-	82.419

(*) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

(**) Outras culturas compreendem as culturas de soja semente, brachiaria, feijão mungo, milho pipoca, milho semente, trigo e pecuária permanente.

8. Ativo biológico--Continuação

a) Ativo biológico – culturas em formação--Continuação

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora		Consolidado	
	2020 (*)	2019(**)	2020 (*)	2019(**)
Soja				
Área total colhida (ha)	164.833	186.239	205.508	229.960
Produtividade obtida (sc/ha)	63	62	64	61
Preço médio (R\$/sc) (***)	R\$ 73,79	R\$ 64,85	R\$ 73,33	R\$ 64,43
Milho				
Área total colhida (ha)	71.874	75.606	86.271	88.929
Produtividade obtida (sc/ha)	125	122	120	118
Preço médio (R\$/sc) (***)	R\$ 31,66	R\$ 24,08	R\$ 30,91	R\$ 23,62
Algodão em Carçoço				
Área total colhida (ha)	108.132	105.432	125.441	123.702
Produtividade obtida (@/ha)	287	282	285	273
Preço médio (R\$/@) (***)	R\$ 39,40	R\$ 35,01	R\$ 39,15	R\$ 34,80

(*) Dados referentes à safra 2019/20.

(**) Dados referentes à safra 2018/19.

(***) Preço médio a valor de mercado na data da apuração.

Abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos referente a safra 2020/21:

	Safra 2020/21	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
Soja		
Área em ponto de colheita (ha)	29.279	33.834
Produtividade estimada (sc/ha)	60	61
Preço médio (R\$/sc)	R\$ 107,07	R\$ 106,67

8. Ativo biológico--Continuação

a) Ativo biológico – culturas em formação--Continuação

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem nos seguintes períodos:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina - GO	25/09 a 15/04	05/11 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	20/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino - MT	20/09 a 15/03	01/01 a 30/08	10/02 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	01/02 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	10/10 a 25/03	20/12 a 30/08	20/01 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi - BA	01/11 a 30/04	Não planta	Não planta
Fazenda Palmares	Barreiras - BA	20/10 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	01/11 a 30/04	01/12 a 30/08	Não planta
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	20/10 a 15/04	10/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas - MA	15/10 a 15/04	20/12 a 30/08	25/01 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena - PI	01/11 a 15/04	Não planta	01/12 a 15/07
Fazenda Pantanal	Chapadão do Sul - MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	10/01 a 10/07
Fazenda Palmeira	Tasso Fragoso - MA	10/10 a 15/04	10/12 a 30/08	01/02 a 15/07

No quadro abaixo apresentamos a área plantada do ano-safra 2019/20 comparativa com a safra anterior:

Culturas	Área	Área plantada 2019/20	Área plantada 2018/19
Algodão	ha	125.462	123.727
Soja (comercial + soja semente)	ha	235.444	243.148
Milho	ha	82.392	89.470
Outras culturas *	ha	5.270	1.754
		448.568	458.099

(*) Outras culturas compreendem as culturas de milho semente, sorgo e trigo.

Para o ano-safra 2020/21 está prevista a seguinte área:

Culturas	Área	Área planejada 2020/21 (**)
Algodão	ha	109.660
Soja (comercial+soja semente)	ha	229.497
Milho	ha	117.061
Outras culturas (*)	ha	11.978
		468.196

(*) Outras culturas compreendem as culturas de brachiária, feijão mungo, milho pipoca, milho semente, trigo e pecuária permanente.

(**) Área planejada, sujeita a alterações nas culturas que estão com plantio em andamento.

8. Ativo biológico--Continuação

b) Ativo biológico – rebanhos

A Companhia possui plantel de rebanho bovino na modalidade de engorde, atuando com o projeto de Integração Lavoura Pecuária – ILP. Este sistema tem como objetivo otimizar o uso do solo, nos locais em que só é possível realizar uma safra (soja), utilizando o rebanho como segunda safra.

A partir da safra 2020/21, além do ILP a Companhia também manterá plantel de rebanho bovino permanente em áreas específicas para rebanho.

O valor justo do gado bovino é calculado através do valor de mercado, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma a mensuração é baseada na arroba, na raça e faixa etária.

A movimentação do valor justo do plantel de rebanho bovino durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.024	1.046
Custo com aquisições e tratos rebanho bovino	21.961	39.054
Variação do ajuste a valor justo (*)	4.349	5.648
Realização	(11.667)	(24.992)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.667	20.756
Ativo biológico – rebanho	11.318	15.108
Ativo biológico rebanho - ajuste ao valor justo	4.349	5.648

(*) Efeito do ativo biológico no resultado do exercício.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	49	2.570	708	3.027
Contribuição social	-	85	12	128
ICMS	77.895	87.005	112.967	119.633
COFINS	10.381	9.861	26.993	28.795
PIS	2.295	2.120	5.635	6.080
IRRF a recuperar	1.787	4.815	3.667	5.580
Outros	350	946	668	1.169
	92.757	107.402	150.650	164.412
Parcela classificada no ativo circulante	28.521	33.970	39.447	41.943
Parcela classificada no ativo não circulante	64.236	73.432	111.203	122.469

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão compensados com tributos da mesma natureza, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL os quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Ao longo do ano são compensados com o débito de IRPJ, após o encerramento, esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação do Grupo. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2020 foi constituída provisão consolidada no valor de R\$ 24.904, referente a créditos tributários de ICMS cuja perda é estimada pela não realização. A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS foi baseada na projeção de débitos de ICMS e nas transferências de créditos de ICMS a terceiros. O valor foi registrado em “outras despesas operacionais” na demonstração do resultado do exercício.

Prazo de realização	Controladora			Consolidado		
	ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
em até 1 ano	17.021	7.621	1.693	21.243	10.875	2.262
de 1 ano a 2 anos	35.802	45	9	46.966	5.017	1.150
de 2 anos a 3 anos	17.048	-	-	23.882	-	-
acima de 3 anos	8.024	2.715	593	20.876	11.101	2.223
	77.895	10.381	2.295	112.967	26.993	5.635

10. Títulos a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de títulos a receber consolidado é composto por um montante de R\$33.907 (R\$76.905 em 31 de dezembro de 2019) conforme abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	76.905
Rendimento de aplicação CDI	2.018
Imposto de renda retido na fonte	(672)
Recebimentos	(42.643)
Outros (*)	(1.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>33.907</u>
Parcela classificada no ativo circulante	31.207
Parcela classificada no ativo não circulante	2.700

(*) Valor liquidado sem efeito caixa.

Venda de terras nas controladas Fazenda Paiaguás e Fazenda Parceiro

As controladas Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda., realizaram a venda de 11.604 hectares de terras a terceiros no exercício de 2017, no valor total de R\$176.654 sendo o montante de R\$52.996 recebido naquele exercício, e o restante depositado pelo comprador, em fevereiro de 2018, em uma conta garantida (“*Escrow Account*”), estando aplicado em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI). O contrato previa que algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, além da própria transferência dos recursos para a Companhia, deveriam ser cumpridas nos 12 meses subsequentes a contar da assinatura do contrato, ocorrida em 20 de dezembro de 2017. O contrato foi aditivado, em novembro de 2018, a fim de prever postergação do prazo para algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, além de pactuar a própria transferência dos recursos para a Companhia, referentes às condições precedentes já atendidas, no montante de R\$63.789.

Em abril de 2019 foi liberado da *escrow account* o montante de R\$ 38.999 em virtude da escrituração da última gleba da Fazenda Paiaguás para a compradora, totalizando, até este momento, o recebimento de R\$102.787 do valor original, em favor da Companhia.

No mês de dezembro de 2019 houve novo aditivo ao contrato, com a substituição de uma área da Fazenda Parceiro por outra área na mesma unidade, conforme previa como possibilidade o pacto inicial. Em virtude da necessidade de desmembramento desta área substituída, o novo prazo para cumprimento das condições precedentes remanescentes foi acordado para 20 de junho de 2020, podendo ser prorrogado por período a ser ajustado entre as partes.

Com o advento da pandemia e as dificuldades decorrente do evento, a realização do desmembramento da área substituída ficou prejudicada em relação ao prazo, fazendo com que se entendesse pela necessidade de postergação da data do desmembramento.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de títulos a receber referente a esta transação é de R\$ 29.506 (R\$ 29.193 em 31 de dezembro de 2019).

10. Títulos a receber--Continuação

Venda de terras na controlada Fazenda Parnaíba

Em 12 de novembro de 2019, a controlada Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda. realizou a venda de 5.205 hectares de terras a terceiros, no valor total de R\$83.245. O pagamento pela aquisição das terras foi dividido em duas parcelas, sendo a primeira, no montante de R\$41.623, correspondente a 50% do valor total e recebida no dia 28 de novembro de 2019. O saldo remanescente, no valor de R\$41.622, depositado em uma conta garantida ("Escrow Account"), permaneceram aplicados em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e foram liberados em dezembro de 2020 após a conclusão das formalizações documentais. O montante integral resgatado foi de R\$42.643.

Complementam a rubrica de "títulos a receber" saldos de outros valores a receber no montante de R\$ 4.401 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.961 em 31 de dezembro de 2019).

11. Investimentos (Controladora)

O total de investimentos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 é composto pelo seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em controladas	2.212.789	2.200.537
	2.212.789	2.200.537

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com saldo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06 (R2) no patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Lucro não realizado no resultado do exercício em operações com partes relacionadas	Ajustes IFRS 16/CPC 06 (R2) do exercício	Percentual de participação direta	Resultado da equivalência patrimonial	Participação no patrimônio líquido
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	21.053	194.721	-	(28.846)	19.171	7.871	(8.033)	100,00%	19.009	165.875
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.099	247.604	(1)	(17.683)	32.922	1.325	(15.838)	100,00%	18.409	229.920
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	94.768	-	-	20.076	-	-	50,00%	10.038	47.386
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	109.981	117.870	-	(1.793)	18.579	-	(1.201)	52,20%	8.927	57.794
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	279.405	746.242	-	1.266	50.817	(5.210)	984	100,00%	46.591	747.508
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	174.135	-	(7.764)	16.630	236	(6.529)	100,00%	10.337	166.371
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	247.005	-	(10.491)	27.062	(135)	(9.196)	100,00%	17.731	236.514
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	184.667	(16)	(4.919)	19.596	77	(4.489)	100,00%	15.184	179.732
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	34.291	52.509	-	1.848	3.793	2	1.622	100,00%	5.417	54.357
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.985	151.234	-	-	8.562	-	-	6,082%	522	9.192
Fazenda Paiguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	232.250	-	(20.068)	34.178	1.039	(17.746)	100,00%	17.471	212.182
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	77.163	110.963	-	(5.005)	10.010	626	(2.873)	100,00%	7.763	105.958
									177.399	2.212.789

11. Investimentos (Controladora)--Continuação

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2019	Integralização de capital	Dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio (2)	Equivalência patrimonial	Perdas não realizadas com instrumentos de hedge	Saldos em 31/12/2020
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	228.766	-	(81.900)	19.009	-	165.875
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	231.211	-	(19.700)	18.409	-	229.920
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. ¹	38.124	-	(542)	10.038	(234)	47.386
SLC-MIT Emp. Agr. S.A. ¹	60.593	47	(2.303)	8.927	(9.470)	57.794
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	706.562	-	(5.645)	46.591	-	747.508
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	163.734	-	(7.700)	10.337	-	166.371
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	231.433	-	(12.650)	17.731	-	236.514
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	174.348	-	(9.800)	15.184	-	179.732
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda. ¹	50.641	-	(1.701)	5.417	-	54.357
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	8.670	-	-	522	-	9.192
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	208.260	-	(13.549)	17.471	-	212.182
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	98.195	-	-	7.763	-	105.958
	2.200.537	47	(155.490)	177.399	(9.704)	2.212.789

(1) A Companhia possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estando exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele.

(2) O dividendo recebido da empresa Fazenda Parnagua Emp. Agr. Ltda., no valor de R\$ 1.701, não teve efeito caixa.

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2020:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	9.158	201.688	5.976	10.149	194.721	27.589	8.418
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	9.982	245.933	716	7.595	247.604	39.966	7.043
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	147.373	114.737	97.670	69.672	94.768	181.586	161.511
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	378.439	347.444	266.226	341.787	117.870	484.569	465.989
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	198	770.609	11.568	12.997	746.242	63.385	12.568
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	8.046	172.407	330	5.988	174.135	20.189	3.559
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	11.871	244.548	470	8.944	247.005	33.195	6.133
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	8.985	179.963	998	3.283	184.667	22.962	3.367
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	5.047	48.102	62	578	52.509	4.621	828
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	10.526	143.106	87	2.311	151.234	9.677	1.115
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	28.129	214.582	1.206	9.255	232.250	41.023	6.845
SLC Perdizes Emp. Agrícolas Ltda.	3.182	132.080	23.444	855	110.963	16.161	6.151
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	10.304	549.846	342	-	559.808	22.259	2.093
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	15.507	135.353	157	3.763	146.940	10.624	2.166
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	2.477	122.602	105	2.216	122.758	4.938	1.122
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	13.554	113.940	104	2.107	125.283	7.555	1.865
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	611	7.206	62	38	7.717	499	97
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	30.339	91.042	699	698	119.601	3.159	866

12. Propriedades para investimento

	Saldo em 31/12/2019	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	Saldo em 31/12/2020
Terras de cultura	92.647	-	92.647
Prédios e benfeitorias	1.572	-	1.572
Correção e desenvolvimento do solo	10.954	-	10.954
Ganho no valor justo	111.837	7.184	119.021
Total	217.010	7.184	224.194
Ajuste de valor justo - resultado do exercício	-	7.184	7.184

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, em outubro de 2020. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.

Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. No exercício de 2020 a receita de aluguel totalizou R\$7.587 (R\$5.457 em 2019).

13. Operações de arrendamento

A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	1.388.969	555.031
Remensuração	1.175.161	314.739
Adições de novos contratos	67.277	60.163
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(168.153)	(101.437)
Saldo em 31/12/2020	2.463.254	828.496
Algodoeira	16.809	21.766
Terras de cultura	2.423.168	782.091
Locação de prédios	986	986
Máquinas	15.190	15.190
Locação de veículos	7.101	8.463
	2.463.254	828.496
Amortização de direito de uso no exercício:		
Algodoeira	(1.530)	(2.491)
Terras de cultura	(161.348)	(93.522)
Locação de prédios	(612)	(612)
Máquinas	(3.301)	(3.301)
Locação de veículos	(1.362)	(1.511)
Total do exercício	(168.153)	(101.437)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2019	1.497.456	629.716
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	1.242.336	374.797
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	154.759	61.106
(-) Pagamentos (*)	(279.169)	(131.335)
Saldo em 31/12/2020	2.615.382	934.284
Passivo circulante	355.413	162.258
Partes relacionadas (nota 16.a)	204.525	-
Terceiros	150.888	162.258
Passivo não circulante	2.259.969	772.026
Partes relacionadas (nota 16.a)	1.517.643	-
Terceiros	742.326	772.026

(*) O valor de R\$ 1.701, incluído na composição como pagamento de arrendamentos, não teve efeito caixa.

13. Operações de arrendamento--Continuação

Dos contratos que foram escopo do CPC 06 (R2) (IFRS 16), a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. As taxas aplicadas estão informadas nas notas explicativas 16.c e 24.2.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Impactos no resultado do exercício

Com a implantação da norma CPC 06 (R2) (IFRS 16), todos os arrendamentos passaram a ser contabilizados sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, trazendo um novo componente financeiro, o qual reduziu o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro. O valor registrado no resultado financeiro do exercício representa R\$ 154.759 na Controladora e R\$ 61.106 no Consolidado.

A despesa do exercício referente a pagamentos variáveis de arrendamento, não incluída na mensuração de passivo de arrendamento, foi de R\$ 6.653 na controladora e R\$ 11.936 no consolidado.

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras com suas controladas, conforme descrito na nota explicativa 16. A adoção da referida norma ocasionou diferenças entre o resultado da controladora e do consolidado, as quais foram ajustadas no cálculo de equivalência patrimonial da controladora, de forma que o resultado do exercício da controladora e o resultado consolidado atribuído aos acionistas controladores fosse igual, com base no previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O cálculo da equivalência patrimonial está demonstrado na nota explicativa 11.

13. Operações de arrendamento--Continuação

Subarrendamento de ativo de direito de uso

Em 27 de dezembro de 2019 foi assinado contrato de arrendamento rural da SLC Agrícola S.A. com a SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., por um prazo mínimo de 7 anos. Concomitante com a assinatura deste contrato de arrendamento rural, a SLC Agrícola S.A. celebrou contrato de subarrendamento com a Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A., pelo mesmo período de arrendamento.

A receita da Controladora no exercício, resultante de subarrendamento de ativos de direito de uso, foi de R\$ 4.814.

Informações complementares

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) (IFRS 16).

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo contratual bruto dos contratos de arrendamento com direito ao crédito de PIS/COFINS é de R\$4.448.983 na controladora e R\$1.300.043 no consolidado (R\$2.489.415 na controladora e R\$839.494 no consolidado, em 31 de dezembro de 2019). O potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, trazido a valor presente, é R\$283.066 na controladora e R\$86.245 no consolidado (R\$156.092 na controladora e R\$55.326 no consolidado, em 31 de dezembro de 2019).

Em atendimento à orientação das áreas técnicas da CVM, conforme requerido no ofício-circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do ativo de direito de uso, do ajuste a valor presente e da amortização do direito de uso considerando a projeção de inflação futura nos fluxos a serem descontados.

13. Operações de arrendamento--Continuação

Informações complementares--Continuação

Na remensuração do passivo de arrendamento, a Companhia procedeu a projeção de fluxo de caixa com inflação futura, incorporando a inflação obtida através da cotação de contratos futuros disponível na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, descontadas pela mesma taxa identificada na mensuração inicial, apresentando os impactos conforme abaixo:

Controladora		
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
Ativo de direito de uso	2.463.254	2.941.746
Passivo de arrendamento - Circulante	355.413	363.647
Passivo de arrendamento - Não Circulante	2.259.969	2.911.925

Consolidado		
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
Ativo de direito de uso	828.496	1.004.628
Passivo de arrendamento - Circulante	162.258	165.421
Passivo de arrendamento - Não Circulante	772.026	939.717

⁽¹⁾ Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

⁽²⁾ Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

Segue abaixo o fluxo contratual bruto:

	Controladora		Consolidado	
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
até 1 ano	373.173	381.912	167.950	171.293
de 1 a 2 anos	368.208	391.147	161.396	170.243
de 2 a 3 anos	363.507	401.337	156.185	171.147
de 3 a 4 anos	339.393	390.235	130.314	148.749
de 4 a 5 anos	330.710	396.864	110.445	131.493
acima de 5 anos	2.743.187	4.082.762	626.965	876.695
	4.518.178	6.044.255	1.353.255	1.669.621

⁽¹⁾ Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

⁽²⁾ Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

13. Operações de arrendamento--Continuação

A deliberação CVM nº 859, de 7 de julho de 2020, aprovou o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, trazendo os expedientes práticos descritos a seguir em sua redação.

Um arrendatário pode optar por não avaliar se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação do arrendamento. O arrendatário que efetuar essa opção deve contabilizar qualquer alteração nos pagamentos de arrendamento mercantil resultantes da concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança que aplica o CPC 06 (R2) (IFRS 16) se a mudança não fosse uma modificação do arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas a concessões de aluguel que ocorram como consequência direta do COVID-19 e somente se todas as seguintes condições forem atendidas:

- A alteração nos pagamentos da locação resulta em uma contraprestação revisada para a locação que é substancialmente a mesma ou menor que a contraprestação para a locação imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de aluguel afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atenderia a essa condição se resultar em pagamentos de aluguel reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e aumento dos pagamentos de aluguel que se estendem além de 30 de junho de 2021); e
- Não há alterações substanciais em outros termos e condições do arrendamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve nenhuma alteração nos contratos de arrendamento da Companhia relacionada ao COVID-19, que resultasse em remensuração do passivo de arrendamento.

14. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Controladora					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	
Correção e desenvolvimento do solo	419.286	47.026	-	(67)	-	466.245
Prédios e benfeitorias	269.823	856	(83)	26.027	-	296.623
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	785.385	81.500	(25.725)	2.451	-	843.611
Veículos	57.644	2.623	(1.892)	(7)	(5.697)	52.671
Móveis e utensílios	13.765	2.739	(353)	80	-	16.231
Equipamentos e instalações de escritório	21.022	8.005	(618)	12	(1)	28.420
Outros	3.336	581	(172)	42	-	3.787
Obras em andamento	15.677	21.928	(18)	(28.538)	-	9.049
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	4.239
Total	1.590.177	165.258	(28.861)	-	(5.698)	1.720.876

Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Depreciação	Baixas	Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2020
Correção e desenvolvimento do solo	(293.772)	(21.854)	-	-	(315.626)
Prédios e benfeitorias	(44.144)	(10.103)	20	-	(54.227)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(413.067)	(54.994)	19.335	5	(448.721)
Veículos	(20.654)	(5.093)	1.195	3.127	(21.425)
Móveis e utensílios	(7.017)	(1.171)	273	-	(7.915)
Equipamentos e instalações de escritório	(10.880)	(3.196)	572	-	(13.504)
Outros	(38)	(22)	-	-	(60)
Plantas portadoras	(4.239)	-	-	-	(4.239)
Total	(793.811)	(96.433)	21.395	3.132	(865.717)

Valor residual líquido	31/12/2019	31/12/2020
Correção e desenvolvimento do solo	125.514	150.619
Prédios e benfeitorias	225.679	242.396
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	372.318	394.890
Veículos	36.990	31.246
Móveis e utensílios	6.748	8.316
Equipamentos e instalações de escritório	10.142	14.916
Outros	3.298	3.727
Obras em andamento	15.677	9.049
Total	796.366	855.159

(*) Reclassificações para ativo disponível para venda e ativo intangível.

14. Imobilizado--Continuação

a) Composição do ativo imobilizado--Continuação

Custo do imobilizado bruto	Consolidado					Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências			
Terras de cultura	1.719.924	102	-	-	-	-	1.720.026
Correção e desenvolvimento do solo	644.369	76.166	-	(63)	-	-	720.472
Prédios e benfeitorias	478.602	1.373	(98)	33.414	-	-	513.291
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	923.512	89.666	(26.758)	2.525	-	-	988.945
Veículos	65.261	2.636	(2.047)	(35)	(6.384)	-	59.431
Móveis e utensílios	16.235	3.033	(404)	80	-	-	18.944
Equipamentos e instalações de escritório	27.600	8.863	(637)	12	(1)	-	35.837
Outros	7.177	763	(265)	417	-	-	8.092
Obras em andamento	20.031	27.170	(18)	(36.350)	-	-	10.833
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	-	4.239
Total	3.906.950	209.772	(30.227)	-	(6.385)	-	4.080.110

Depreciação					Reclassificação (*)	Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Depreciação	Baixas			
Correção e desenvolvimento do solo	(420.391)	(34.160)	-	-	-	(454.551)
Prédios e benfeitorias	(101.918)	(20.186)	25	-	-	(122.079)
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	(456.196)	(68.329)	19.950	21	-	(504.554)
Veículos	(24.218)	(5.609)	1.292	3.562	-	(24.973)
Móveis e utensílios	(7.809)	(1.411)	301	-	-	(8.919)
Equipamentos e instalações de escritório	(12.844)	(3.618)	592	-	-	(15.870)
Outros	(346)	(35)	-	-	-	(381)
Plantas portadoras	(4.239)	-	-	-	-	(4.239)
Total	(1.027.961)	(133.348)	22.160	3.583	-	(1.135.566)

Valor residual líquido	31/12/2019	31/12/2020
Terras de cultura	1.719.924	1.720.026
Correção e desenvolvimento do solo	223.978	265.921
Prédios e benfeitorias	376.684	391.212
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	467.316	484.391
Veículos	41.043	34.458
Móveis e utensílios	8.426	10.025
Equipamentos e instalações de escritório	14.756	19.967
Outros	6.831	7.711
Obras em andamento	20.031	10.833
Total	2.878.989	2.944.544

(*) Reclassificações para ativo disponível para venda e ativo intangível.

14. Imobilizado--Continuação

b) Obras em andamento

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 9.049 na controladora e R\$ 10.833 no consolidado, está substancialmente representado por obras em algodozeiras, construções de armazéns, barracões e depósitos, integração de lavoura pecuária, ampliação da expedição, projeto de prevenção contra incêndio e outras benfeitorias.

O valor de juros capitalizados às obras em andamento no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 728 (R\$ 2.274 em 31 de dezembro de 2019). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 4,45% a.a.

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 existiam imobilizados dados em garantia a hipotecas, empréstimos bancários e processos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bens dados em garantia				
Hipotecas	-	-	134.753	349.860
Penhor de financiamentos	10.514	14.071	17.661	24.424
Bens em processos judiciais	14.232	14.232	14.232	14.232
	24.746	28.303	166.646	388.516

15. Intangível

Controladora					
Custo do intagível bruto	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020
Software	19.110	2.830	(25)	-	21.915
Implantação de novos sistemas	12.379	18.282	-	-	30.661
Total	31.489	21.112	(25)	-	52.576
Amortização	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31/12/2020
Software	(16.198)	(1.158)	25	(5)	(17.336)
Total	(16.198)	(1.158)	25	(5)	(17.336)
Valor residual líquido	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020			
Software	2.912	4.579			
Implantação de Novos Sistemas	12.379	30.661			
Total	15.291	35.240			
Consolidado					
Custo do Intagível bruto	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação	31/12/2020
Software	19.537	2.830	(25)	-	22.342
Implantação de novos sistemas	12.379	18.282	-	-	30.661
Total	31.916	21.112	(25)	-	53.003
Amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Reclassificação	31/12/2020
Software	(16.553)	(1.163)	25	(22)	(17.713)
Total	(16.553)	(1.163)	25	(22)	(17.713)
Valor residual líquido	31/12/2019	31/12/2020			
Software	2.984	4.629			
Implantação de novos sistemas	12.379	30.661			
Total	15.363	35.290			

Em 31 dezembro de 2020 o saldo de implantação de novos sistemas no valor de R\$ 30.661 está representado principalmente pela implantação do sistema operacional SAP.

16. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

a) Saldos com partes relacionadas

Saldos a receber com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	Outras contas a receber		Outras contas a receber	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretamente				
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	1.046	-	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	2.545	1.631	-	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A.	255	242	-	-
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda	23.028	29.954	-	-
Controladas indiretamente				
SLC - MIT Empr. Agr. S.A.	455	251	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	384	-	-	-
Controladora				
SLC Participações S.A.	-	3	-	3
Outras partes relacionadas	8	9	8	8
	27.721	32.090	8	11
Parcela classificada no ativo circulante	2.475	1.040	8	11
Parcela classificada no ativo não circulante	25.246	31.050	-	-

Saldos a pagar com partes relacionadas:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo de arrendamento		Outras contas a pagar		Total a pagar		Outras contas a pagar	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretamente								
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	228.545	103.020	-	-	228.545	103.020	-	-
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	338.495	137.389	-	-	338.495	137.389	-	-
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	157.921	78.535	-	-	157.921	78.535	-	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	230.491	132.846	-	-	230.491	132.846	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	113.870	80.375	-	-	113.870	80.375	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	55.406	35.244	-	-	55.406	35.244	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	34.335	16.329	-	-	34.335	16.329	-	-
Fazenda Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	361.399	131.278	-	-	361.399	131.278	-	-
Controladas indiretamente								
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	75.891	76.181	-	-	75.891	76.181	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	53.359	52.700	-	-	53.359	52.700	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	42.547	31.076	-	-	42.547	31.076	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	-	-	573	968	573	968	-	-
SLC - MIT Empr. Agr. S.A.	-	-	721	63	721	63	-	-
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	8.319	1.716	-	-	8.319	1.716	-	-
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	21.590	23.116	-	1.710	21.590	24.826	-	-
Controladora								
SLC Participações S.A.	-	-	16	22	16	22	16	22
Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	102	103
	1.722.168	899.805	1.310	2.763	1.723.478	902.568	118	125
Parcela classificada no passivo circulante	204.525	104.591	1.310	2.763	205.835	107.354	118	125
Parcela classificada no passivo não circulante	1.517.643	795.214	-	-	1.517.643	795.214	-	-

16. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos com partes relacionadas--Continuação

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

b) Transações com partes relacionadas

	Vendas de mercadorias/produtos/imobilizado/prestação de serviço		Amortização direito de uso CPC 06(R2) (IFRS 16)		Compras de mercadorias/produtos/alugueis/TI corporativa		Despesas financeiras/fee de garantia		AVP-passivos arrendamento CPC 06(R2) (IFRS 16)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretamente										
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	-	-	6.415	3.963	-	-	-	-	11.444	10.444
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	-	-	8.081	3.167	-	-	-	-	15.790	11.988
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	-	-	4.929	2.184	-	-	-	-	8.608	6.634
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	-	-	9.082	4.389	-	-	-	-	14.725	11.239
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	-	-	4.430	2.988	-	-	-	-	9.044	6.954
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda	-	-	2.067	539	-	-	-	-	4.003	1.798
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	-	-	743	290	-	-	-	-	2.069	909
Fazenda Paiguás Empr. Agr. Ltda.	-	-	7.948	2.909	-	-	-	-	14.711	11.260
Fazenda Pioneira Empr. Agr. Ltda	4.893	3.603	-	-	-	2.041	-	-	-	-
Controladas indiretamente										
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	-	-	5.031	3.513	-	-	-	-	6.924	6.960
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	-	-	3.245	2.232	-	-	-	-	4.840	4.815
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	-	-	81	1.283	-	-	-	-	3.012	2.839
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	4.733	6.744	-	-	566	1.691	-	-	-	-
SLC MIT Empr. Agr. S.A.	6.866	4.438	-	-	7.903	285	-	-	-	-
Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.	-	-	82	162	-	-	-	-	276	159
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	-	-	2.770	-	-	-	-	-	1.291	659
Controladora										
SLC Participações S.A.	-	-	135	-	135	2.251	11	446	12	-
Outras Partes Relacionadas										
Outras Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	16.492	14.785	55.039	27.619	8.604	6.268	11	446	96.749	76.658

16. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a disponibilização das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A Companhia possui contratos de arrendamento com suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento com suas controladas, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Localização	Valor contábil	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	228.545	27.147	26.307	26.307	26.307	26.300	96.177
Planorte	Sapezal - MT	338.495	39.140	37.924	37.926	37.926	37.916	147.663
Pamplona	Cristalina - GO	157.921	19.337	18.740	18.741	18.741	18.736	63.626
Planalto	Costa Rica - MS	230.491	28.223	27.354	27.352	27.353	27.347	92.862
Palmares	Barreiras - BA	117.907	14.422	13.967	13.967	13.967	13.963	47.621
Parnaguá	Santa Filomena - PI	55.406	3.540	4.345	4.288	5.203	6.059	31.971
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	34.335	2.709	2.999	3.361	3.722	4.082	17.462
Paiaguás	Diamantino - MT	361.399	42.928	41.598	41.598	41.598	41.587	152.090
Planeste	Balsas - MA	75.891	10.003	9.475	9.475	9.475	9.472	27.991
Panorama	Correntina - BA	53.359	7.033	6.662	6.662	6.662	6.660	19.680
Piratini	Jaborandi - BA	42.547	5.608	5.312	5.312	5.312	5.310	15.693
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	8.319	987	934	934	934	934	3.596
Matriz	Porto Alegre - RS	17.553	3.448	2.479	2.642	2.816	2.966	3.202
		1.722.168	204.525	198.096	198.565	200.016	201.332	719.634
Parcela classificada no passivo circulante		204.525						
Parcela classificada no passivo não circulante		1.517.643						

O valor contábil representa o passivo de arrendamento com fluxo de pagamentos futuros ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo apresenta uma taxa com intervalo de 6,38% a 9,75%.

16. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Contratos de arrendamento a pagar--Continuação

O contrato de arrendamento rural celebrado das Fazendas Piratini, Planeste, Panorama e Palmeira, por um prazo mínimo de 20 anos, prevê o preço do arrendamento calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Esse valor por sua vez é calculado sobre as áreas aptas à agricultura e suas respectivas áreas de reserva legal proporcionais, incluindo o valor de sua infraestrutura. O avaliador com prova de excelência na elaboração de avaliações de propriedades rurais é escolhido pelo Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. e anualmente a avaliação é elaborada de acordo com as regras e diretrizes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para avaliação de imóveis rurais.

Para os demais contratos, o preço do arrendamento é pago anualmente em Reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

d) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pró-labore	(5.963)	(5.210)	(6.391)	(5.630)
Gratificações	(2.973)	(2.945)	(3.083)	(3.187)
Encargos	(2.899)	(2.509)	(3.038)	(2.695)
Plano de opções de ações	(1.810)	(1.567)	(1.810)	(1.567)
Outros benefícios	(395)	(728)	(394)	(748)
	(14.040)	(12.959)	(14.716)	(13.827)

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de julho de 2020, foi aprovada a remuneração anual global dos administradores da Controladora, no montante de até R\$15.910, com distribuição a ser realizada pelo Conselho de Administração. Frize-se que as controladas, que são sociedades anônimas, também possuem aprovação de valores globais anuais para os seus administradores de forma independente.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	732.358	549.699	870.902	646.442
Fornecedores risco sacado	200.788	223.425	230.867	275.558
Total	933.146	773.124	1.101.769	922.000

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2020 é composto de R\$ 933.146 na controladora e R\$ 1.101.769 no consolidado, sendo que R\$ 200.788 na controladora e R\$ 230.867 no consolidado correspondem as operações de risco sacado, com prazo médio de vencimento de 35 dias e taxa média de 5,37% a.a. A operação é oriunda da negociação comercial decorrente da necessidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação.

18. Empréstimos e financiamentos

		Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Aplicados no imobilizado</u>							
Finame – BNDES	Pré e Cesta de Moedas	5,43%	5,38%	34.866	45.537	57.053	73.235
				34.866	45.537	57.053	73.235
<u>Aplicados no capital de giro</u>							
Crédito rural	Pré	4,30%	6,00%	3.046	87.146	12.186	108.483
CRA	CDI	1,88%	4,41%	360.346	561.447	360.346	561.447
CRA	IPCA + Pré	8,19%	-	481.270	-	481.270	-
Capital de giro	CDI	3,51%	5,21%	298.384	210.488	361.959	210.488
Capital de giro	Swap EUR/CDI	6,28%	6,28%	215.977	203.002	215.977	203.002
Financiamento à exportação	Pré	-	6,50%	-	111.423	-	111.423
Financiamento à exportação	CDI	3,24%	5,16%	328.928	234.573	481.671	416.492
Financiamento à exportação	Swap EUR/US\$/CDI	1,33%	3,03%	345.637	110.212	464.527	181.297
				2.033.588	1.518.291	2.377.936	1.792.632
(-) Custos da transação - CRA				(17.706)	(6.101)	(17.706)	(6.101)
				2.050.748	1.557.727	2.417.283	1.859.766
Parcela classificada no circulante				297.692	623.874	377.547	699.515
Parcela classificada no não circulante				1.753.056	933.853	2.039.736	1.160.251

Finame – BNDES – Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia e da SLC Participações S.A. (Controladora). As amortizações são realizadas em base mensal, semestral e anual, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2021 a 15/05/2032.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 12/07/2021 e 12/08/2021.

Capital de Giro – Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 29/01/2021 e 30/10/2023 lastreado em estoque ou produção.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações com linhas de curto e longo prazo captado em reais, euro ou dólar indexado a taxa pré-fixada: CCE (Cédula de Crédito à Exportação), NCE (Nota de Crédito de Exportação) e FINEX (Financiamento à Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 22/03/2021 e 29/05/2023. São garantidos por aval da Companhia com hipoteca de terras ou com garantia “*clean*”.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Os custos dessas transações, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, totalizam R\$17.706 em 31 de dezembro de 2020. Abaixo segue informações das emissões:

i) Emissão em 14 de junho de 2019 - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

No dia 14 de junho de 2019 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de produto rural financeira), no valor total de R\$360.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), de série única, para distribuição pública com esforços restritos, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a CIBRASEC Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de 99% da taxa DI, com vencimento do principal em duas parcelas, nos dias 13 de junho de 2022 e 13 de junho de 2023 e remuneração semestral. Essa emissão é com garantia “*clean*”. A elaboração dos relatórios de classificação de risco para a emissão foi efetuada pela Standard & Poor’s, sendo trimestralmente revisada a classificação de risco inicial até a data de vencimento. O rating definitivo da operação inicial foi de “[brAA-]” e no dia 24 de fevereiro de 2021 a Companhia teve o rating da operação melhorado para “[brAA]”.

18. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,1x (uma vírgula uma vez);
 - (ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 2,0x (duas vezes);
 - (iii) Alavancagem líquida consolidada (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e “equivalentes de caixa”, menos aplicações financeiras mais ou menos resultado swaps vinculados, dividido pelo resultado operacional antes da receita (despesa) financeira, resultado da equivalência patrimonial, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses excluídos os efeitos do ativo biológico, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).
- ii) *Emissão em 23 de dezembro de 2020 – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)*

No dia 23 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu sua emissão de CPR-Financeira (Cédula de produto rural financeira) com selo verde, no valor total de R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), de série única, para distribuição pública com esforços restritos, da SLC Agrícola S.A., celebrado entre a Emissora e a ISEC Securitizadora S.A. A CPR-F foi emitida ao custo de IPCA + 3,6726% ao ano, com vencimento do principal em duas parcelas, nos dias 16 de dezembro de 2024 e 15 de dezembro de 2025 e remuneração semestral. A emissão é com garantia “*clean*” e com elaboração dos relatórios de classificação de risco para a Emissão efetuada pela Standard & Poor’s, sendo trimestralmente revisada a classificação de risco até a data de vencimento. O rating definitivo da operação inicial foi de “[brAA-]” e no dia 24 de fevereiro de 2021 a Companhia teve o rating da operação melhorado para “[brAA]”.

Esta operação prevê o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) nas datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 0,9x (zero vírgula nove vez);
- (ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 2,5x (duas vírgula cinco vezes);

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (iii) Alavancagem líquida consolidada (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos aplicações financeiras mais ou menos resultado swaps vinculados, dividido pelo resultado operacional antes da receita (despesa) financeira, resultado da equivalência patrimonial, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses excluídos os efeitos do ativo biológico, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, data da última medição anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	623.874	-	699.515
2021	297.692	347.516	377.547	425.294
2022	919.646	447.794	1.161.958	584.556
2023	345.625	125.967	382.750	130.586
2024	238.683	4.086	242.028	7.426
Após 2024	249.102	8.490	253.000	12.389
	2.050.748	1.557.727	2.417.283	1.859.766

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 25.

19. Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis

A Companhia registra provisões quando a Administração, tendo base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora				
	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	1.475	330	-	2.003	3.808
Adição de provisão	519	-	1.052	-	1.571
Reversão de provisão	(255)	-	-	(1.600)	(1.855)
Saldo em 31/12/2020	1.739	330	1.052	403	3.524

	Consolidado				
	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	1.788	330	-	2.003,00	4.121
Adição de provisão	544	-	7.310	-	7.854
Reversão de provisão	(349)	-	(6.187)	(10)	(6.546)
Saldo em 31/12/2020	1.983	330	1.123	1.993	5.429

b) Passivos contingentes

A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 (IAS 37) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

<u>Natureza</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas (i)	546	981	546	1.065
Ambientais(ii)	3.754	3.754	3.754	3.754
Tributários (iii)	14.352	14.500	46.052	47.350
Cíveis (iv)	9.005	13.524	36.471	14.175
	27.657	32.759	86.823	66.344

19. Provisão para riscos tributários, ambientais, trabalhistas e cíveis-- Continuação

b) Passivos contingentes--Continuação

(i) *Trabalhistas*

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e Ministério Público do Trabalho.

(ii) *Ambientais*

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

(iii) *Tributárias*

As ações tributárias são relacionadas às autuações referentes às esferas federal e estadual.

(iv) *Cíveis*

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de fornecedores, danos causados a terceiros e litígio em questões contratuais.

c) Ativo contingente

Em fevereiro deste ano o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o leading case (RE 759244) garantindo a aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras (“trading companies”), em processo análogo ao que a Companhia possui sobre o tema, que se encontra sobrestado aguardando os trâmites da decisão do STF acima mencionada.

Recentemente, a Receita Federal Brasileira suspendeu a cobrança da contribuição relativa à contribuição previdenciária sobre as exportações indiretas, por meio da reedição da IN 971/2009, o que possibilitou a Companhia deixar de realizar o recolhimento do tributo a partir da competência de setembro de 2020.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019, registrados na rubrica de “outros créditos” no ativo não circulante, apresentam a seguinte composição:

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	8	-	530	478
Ambientais	-	-	20	20
Tributários	1.176	1.052	11.338	5.630
Cíveis	-	-	1.046	1.046
	<u>1.184</u>	<u>1.052</u>	<u>12.934</u>	<u>7.174</u>

20. Tributos sobre o lucro

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de estoque	-	-	-	3	1	4
Provisão para participação nos resultados	10.339	3.722	14.061	6.126	2.206	8.332
Provisão para perdas tributárias	169	61	230	-	-	-
Operações com derivativos	64.927	23.374	88.301	25.560	9.201	34.761
Provisão para Senar	1.286	463	1.749	1.876	675	2.551
AVP - Passivo de arrendamento	10.784	3.882	14.666	11.051	3.978	15.029
Provisão para perdas créditos ICMS	5.950	2.142	8.092	-	-	-
Outras	6.222	2.240	8.462	2.467	888	3.355
	99.677	35.884	135.561	47.083	16.949	64.032
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(156.523)	(56.348)	(212.871)	(130.526)	(46.989)	(177.515)
Ganho em aquisição de participação societária	(3.855)	(1.388)	(5.243)	(5.647)	(2.033)	(7.680)
Custo atribuído ativo imobilizado	(5.051)	(1.818)	(6.869)	(6.164)	(2.219)	(8.383)
Valor justo ativos biológicos	(47.155)	(16.976)	(64.131)	(42.873)	(15.434)	(58.307)
	(212.584)	(76.530)	(289.114)	(185.210)	(66.675)	(251.885)
Total líquido	(112.907)	(40.646)	(153.553)	(138.127)	(49.726)	(187.853)
Parcela classificada no passivo não circulante	(112.907)	(40.646)	(153.553)	(138.127)	(49.726)	(187.853)

20. Tributos sobre o lucro--Continuação

Descrição	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para ajuste de estoque	-	-	-	3	1	4
Provisão para participação nos resultados	11.676	4.203	15.879	6.922	2.492	9.414
Provisão para perdas tributárias	169	61	230	-	-	-
Operações com derivativos	68.492	23.878	92.370	3.885	1.398	5.283
Provisão para Senar	1.384	498	1.882	2.055	740	2.795
AVP - Passivo de arrendamento	10.458	3.765	14.223	11.077	3.987	15.064
Provisão para perdas créditos ICMS	6.226	2.241	8.467	-	-	-
Outras	8.941	3.218	12.159	27.627	9.666	37.293
Prejuízos fiscais e base negativa	30.284	11.411	41.695	33.434	12.176	45.610
	137.630	49.275	186.905	85.003	30.460	115.463
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(185.782)	(66.758)	(252.540)	(161.635)	(58.065)	(219.700)
Ganho em aquisição de participação societária	(3.747)	(1.349)	(5.096)	(5.539)	(1.994)	(7.533)
Custo atribuído ativo imobilizado	(26.828)	(13.558)	(40.386)	(27.843)	(13.926)	(41.769)
Valor justo propriedades para investimento	(1.992)	(1.076)	(3.068)	(1.844)	(996)	(2.840)
Valor justo ativos biológicos	(51.967)	(18.708)	(70.675)	(45.832)	(16.499)	(62.331)
Outras	(18.653)	(6.809)	(25.462)	(4.560)	(1.744)	(6.304)
	(288.969)	(108.258)	(397.227)	(247.253)	(93.224)	(340.477)
Total líquido	(151.339)	(58.983)	(210.322)	(162.250)	(62.764)	(225.014)
Parecela classificada no ativo não circulante	15.059	5.421	20.480	16.612	5.905	22.517
Parcela classificada no passivo não circulante	(166.398)	(64.404)	(230.802)	(178.862)	(68.669)	(247.531)

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos que porventura as fazendas tenham direito.

20. Tributos sobre o lucro--Continuação

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	52.872	-	63.328
2021	110.660	9.859	140.780	18.193
2022	4.441	901	6.246	9.829
2023	3.358	400	11.358	9.110
2024	833	-	8.755	7.962
2025	16.269	-	19.766	3.690
2026	-	-	-	3.351
	135.561	64.032	186.905	115.463

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	605.735	605.735	386.937	386.937
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(151.434)	(54.516)	(96.734)	(34.824)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	44.350	15.966	43.810	15.771
Adições e exclusões permanentes	(597)	138	(4.622)	(1.333)
Juros sobre o capital próprio	9.279	3.341	-	-
Outros	12.771	3.641	2.325	184
Valor registrado no resultado	(85.631)	(31.430)	(55.221)	(20.202)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	(117.061)		(75.423)	
Impostos diferidos	(37.756)		(16.109)	
Impostos correntes	(79.305)		(59.314)	
Taxa efetiva	19,33%		19,49%	

20. Tributos sobre o lucro--Continuação

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	689.179	689.179	414.662	414.662
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(172.295)	(62.026)	(103.666)	(37.320)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(7.430)	(2.313)	(4.746)	(1.356)
Juros sobre o capital próprio	9.279	3.341	-	-
Incentivos fiscais de controladas	3.355	15	2.169	85
Imposto de Renda e Contribuição social em empresas tributadas pelo regime de lucro presumido	40.859	14.527	27.365	9.772
Eliminação lucro não realizado	1.637	589	13.101	4.716
Efeitos do IFRS 16	(15.825)	(5.697)	(7.550)	(2.718)
Outros	9.966	3.787	542	(15)
Valor registrado no resultado	(130.454)	(47.777)	(72.785)	(26.836)
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(178.231)		(99.621)
Impostos diferidos		(66.839)		(8.765)
Impostos correntes		(111.392)		(90.856)
Taxa efetiva		25,86%		24,02%

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Descrição	Controladora			
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perdas de estoque	4	(4)	-	-
Provisão para participação nos resultados	8.332	5.729	-	14.061
Provisão para perdas tributárias	-	230	-	230
Operações com derivativos	34.761	(18.516)	72.056	88.301
Provisão para Senar	2.551	(802)	-	1.749
Outras	3.355	5.107	-	8.462
Provisão para perdas créditos ICMS	-	8.092	-	8.092
Depreciação incentivada atividade rural	(177.515)	(35.356)	-	(212.871)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.680)	2.437	-	(5.243)
Custo atribuído ativo imobilizado	(8.383)	1.514	-	(6.869)
Valor justo ativos biológicos	(58.307)	(5.824)	-	(64.131)
AVP - Passivo de Arrendamento	15.029	(363)	-	14.666
Total	(187.853)	(37.756)	72.056	(153.553)
Parcela classificada no passivo não circulante	(187.853)			(153.553)

20. Tributos sobre o lucro--Continuação

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Descrição	Consolidado			Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos nos resultados abrangentes	
Provisão para ajuste de estoque	4	(4)	-	-
Provisão para participação nos resultados	9.414	6.465	-	15.879
Provisão para perdas tributárias	-	230	-	230
Operações com derivativos	5.283	5.556	81.531	92.370
Provisão para Senar	2.795	(913)	-	1.882
Outras	37.293	(25.134)	-	12.159
Prejuízos fiscais e base negativa	45.610	(3.915)	-	41.695
AVP - Passivo de Arrendamento	15.064	(841)	-	14.223
Provisão para perdas créditos ICMS	-	8.467	-	8.467
Depreciação incentivada atividade rural	(219.700)	(32.840)	-	(252.540)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.533)	2.437	-	(5.096)
Custo atribuído ativo imobilizado	(41.769)	1.383	-	(40.386)
Valor justo propriedades para investimento	(2.840)	(228)	-	(3.068)
Valor justo ativos biológicos	(62.331)	(8.344)	-	(70.675)
Outras	(6.304)	(19.158)	-	(25.462)
Total	(225.014)	(66.839)	81.531	(210.322)
Parcela classificada no ativo não circulante	22.517			20.480
Parcela classificada no passivo não circulante	(247.531)			(230.802)

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 40.374 e R\$ 47.449 para a controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 45.107 e R\$ 54.290 em 31 de dezembro de 2019, na Controladora e Consolidado, respectivamente).

21. Títulos a pagar (Consolidado)

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é demonstrado conforme abaixo:

	Valor fixo a pagar
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.685
Pagamentos	(706)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.979
Passivo circulante	12.273
Passivo não circulante	706

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito, no valor de R\$947.522 está representado por 190.595.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/2020	31/12/2019
SLC Participações S.A.	100.977.822	100.969.142
Administradores e Pessoas Vinculadas	347.967	242.772
Ações em Tesouraria	3.010.430	3.590.152
Outros	86.258.781	85.792.934
Total ações do capital integralizado	190.595.000	190.595.000
(-) Ações em Tesouraria	(3.010.430)	(3.590.152)
Total de ações – excluindo ações em tesouraria	187.584.570	187.004.848

b) Reserva de capital - ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio nas vendas de ações em tesouraria realizadas em conexão com os planos de opções de ações, deduzido dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

c) Ações em tesouraria

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 52.921 e está composto por 3.010.430 ações (R\$64.321 em 31 de dezembro de 2019, composto por 3.590.152 ações). A movimentação do número de ações em tesouraria no exercício foi a seguinte:

	Ações em tesouraria	
	em nº ações	em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.590.152	(64.321)
Ações exercidas dos planos de opções	(579.722)	11.400
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.010.430	(52.921)

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício foi de R\$82.636 (R\$27,45 por ação) em 30 de dezembro de 2020 e R\$89.036 (R\$24,80 por ação) em 31 de dezembro de 2019.

22. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do período limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no período em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 24.425.

e) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu reserva expansão de R\$230.489.

f) Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do período de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76.

g) Reserva de incentivos fiscais

Corresponde a benefícios fiscais concedidos pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de Goiás, pela redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75%, na forma de crédito presumido, para as operações de algodão, caroço de algodão e milho, classificados como subvenção para investimento. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de R\$ 171.

22. Patrimônio líquido--Continuação

h) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do período, após constituições das reservas previstas em lei.

A composição dos cálculos dos dividendos propostos e os juros sobre capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2019, ficou como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	488.674	311.514
Apropriação da reserva de incentivos fiscais	(171)	(939)
Apropriação da reserva legal	<u>(24.425)</u>	<u>(15.575)</u>
Base de cálculo dos dividendos propostos	464.078	295.000
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	116.020	73.753
Dividendo adicional proposto - 25% (a)	<u>116.019</u>	<u>73.749</u>
Dividendos propostos	<u>232.039</u>	<u>147.502</u>
Dividendo por ação(excluindo ações em tesouria)	1,236982	0,7739
% sobre o lucro líquido	50%	50%

(a) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em abril de 2021.

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício são compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
Distribuição dos juros sobre capital próprio (JSCP)	37.117
(-) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	<u>(4.770)</u>
Dividendos	83.673
Total distribuído	<u>116.020</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação(excluindo ações em tesouria)	0,618496

22. Patrimônio líquido--Continuação

i) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	31/12/2020	31/12/2019
<i>Numerador</i>		
Lucro líquido do exercício (a)	488.674	311.514
<i>Denominador</i>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	187.255.819	186.716.805
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c)	188.047.062	188.242.245
Lucro básico por ação ordinária (a/b)	2,60966	1,66838
Lucro diluído por ação ordinária (a/c)	2,59868	1,65486

j) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
<i>Hedge accounting</i>	(207.640)	(58.064)
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor justo de propriedades para investimentos (adoção inicial)	1.151.931	1.155.152
Ganho e diluição de capital de controladas	25.909	25.909
Total de outros resultados abrangentes	970.200	1.122.997

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<i>Despesas financeiras:</i>				
Juros passivos	(71.962)	(95.390)	(84.696)	(113.048)
Variação cambial	(263.779)	(110.497)	(328.196)	(125.847)
AVP - passivo arrendamento	(154.759)	(121.740)	(61.106)	(47.607)
Perdas com operações de derivativos	(31.571)	(48.611)	(40.435)	(55.683)
Outras	(5.521)	(4.024)	(6.996)	(5.524)
	(527.592)	(380.262)	(521.429)	(347.709)
<i>Receitas financeiras:</i>				
Receitas de aplicações financeiras	18.077	20.687	29.909	31.208
Variação cambial	194.147	105.905	223.539	122.350
Ganhos com operações de derivativos	131.504	41.149	175.017	45.902
Outras	1.004	3.174	1.213	4.199
	344.732	170.915	429.678	203.659
Resultado financeiro	(182.860)	(209.347)	(91.751)	(144.050)

24. Compromissos

24.1. Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<u>Safra 2019/20</u>					
Algodão em Pluma	Jan/21-Jul/21	44.115	34	ton	US\$ 1.535,01
Milho	Jan/21	45.000	4	sc	R\$ 66,80
<u>Safra 2020/21</u>					
Algodão em Pluma	Ago/21-Jul/22	83.930	14	ton	US\$ 1.549,87
Soja	Jan/21-Mai/21	1.932.694	37	sc	US\$ 19,71
Soja	Jan/21-Mai/21	4.314.781	72	sc	R\$ 86,47
Milho	Jun/21-Ago/21	6.700.000	34	sc	R\$ 23,80
<u>Safra 2021/22</u>					
Algodão em Pluma	Ago/22-Dez/22	55.100	10	ton	US\$ 1.657,86
Soja	Jan/22-Abr/22	1.650.000	15	sc	US\$ 18,69
Soja	Jan/22-Abr/22	6.000	1	sc	R\$ 94,00
Milho	Jul/22-Ago/22	3.375.000	22	sc	R\$ 24,67

24. Compromissos--Continuação

24.1. Contratos de venda para entrega futura--Continuação

Consolidado					
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 2019/20					
Algodão em Pluma	Jan/21-Jul/21	48.480	37	ton	US\$ 1.536,48
Milho	Jan/21	46.667	5	sc	R\$ 66,80
Safra 2020/21					
Algodão em Pluma	Ago/21-Jul/22	92.350	18	ton	US\$ 1.552,68
Soja	Jan/21-Mai/21	2.556.214	42	sc	US\$ 19,44
Soja	Jan/21-Mai/21	5.184.858	80	sc	R\$ 86,13
Milho	Jun/21-Ago/21	8.055.000	44	sc	R\$ 24,43
Safra 2021/22					
Algodão em Pluma	Ago/22-Dez/22	63.700	13	ton	US\$ 1.644,68
Soja	Jan/22-Abr/22	2.040.000	20	sc	US\$ 18,59
Soja	Jan/22-Abr/22	6.000	1	sc	R\$ 94,00
Milho	Jul/22-Ago/22	3.887.000	28	sc	R\$ 24,00

24.2. Contratos de arrendamentos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terceiros e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Moeda	Passivo de arrendamento (escopo CPC 06 (R2) (IFRS 16))		Arrendamento a pagar	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Palmares	Barreiras - BA	R\$	99.477	91.774	-	70
Panorama	Correntina - BA	R\$	93.219	56.701	-	-
Paladino	São Desidério - BA	R\$	40.005	32.062	5.283	-
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	R\$	19.031	19.965	-	-
Piratini	Jaborandi - BA	R\$	155	-	-	-
Pantanal	Chapadão do Céu - GO e Chapadão do Sul - MS	R\$	329.762	227.453	-	-
Pamplona	Cristalina - GO	R\$	15.636	17.136	-	-
Planeste	Balsas - MA	R\$	101.527	54.785	-	-
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	R\$	51.748	48.765	-	2
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	R\$	30.991	32.872	-	-
Paiguás	Diamantino - MT	R\$	141.115	37.669	-	89
Planorte	Sapezal - MT	R\$	3.326	3.472	-	-
Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	R\$	567	-	-	-
Pioneira	Querência - MT	R\$	499	-	-	-
Planalto	Costa Rica - MS	R\$	6.240	6.436	-	64
Parnaguá	Santa Filomena - PI	R\$	213	-	-	-
Matriz	Porto Alegre - RS	R\$	773	626	-	-
			934.284	629.716	5.283	225
Parcela classificada no passivo circulante			162.258	114.567	5.283	225
Parcela classificada no passivo não circulante			772.026	515.149	-	-

24. Compromissos--Continuação

24.2. Contratos de arrendamentos de terceiros--Continuação

Os passivos de arrendamento de terras e algodozeiras apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 6,48% a 9,45%. Para os demais passivos de arrendamentos (maquinários, prédios e veículos), temos uma taxa de desconto com intervalo de 3,0% a 7,70%.

Em relação aos contratos de arrendamento de terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo a 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) os contratos de arrendamento de terras são indexados, em sua maioria, à variação do preço da saca de soja, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratos de alugueis de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.850 por ano, até 31 de agosto de 2023), na Fazenda Paladino (em São Desidério-BA, por R\$ 1.000 por ano, até 31 de agosto de 2026) e na Fazenda Pantanal (Chapadão do Céu – GO, por R\$ 400 por ano até 31 de agosto 2030), alugueis de equipamentos na Fazenda Planorte (em Sapezal-MT) e Fazenda Paiaguás (em Diamantino-MT), com valores decrescentes a cada ano até 30/04/2026, alugueis de sua sede administrativa em Porto Alegre-RS e alugueis de frota de veículos.

A demonstração dos fluxos de vencimento dos passivos de arrendamento e arrendamentos a pagar está apresentada na nota explicativa 25.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade* - CBOT e *Intercontinental Exchange Futures US* - ICE. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, era, respectivamente, R\$1.743.946, e R\$2.024.347, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$1.753.056 e R\$2.039.736.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2 31/12/2020	Nível 2 31/12/2019
Ativos				
<u>Valor justo através do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.319.290	649.548	1.319.290	649.548
Aplicações financeiras	663	54.302	663	54.302
Subtotal	1.319.953	703.850	1.319.953	703.850
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	178.085	137.114	178.085	137.114
Créditos com partes relacionadas	27.721	32.090	27.721	32.090
Subtotal	205.806	169.204	205.806	169.204
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	207.847	41.467	207.847	41.467
Subtotal	207.847	41.467	207.847	41.467
Total Ativos	1.733.606	914.521	1.733.606	914.521
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	2.050.748	1.557.727	2.061.685	1.544.998
Fornecedores	933.146	773.124	933.146	773.124
Débitos com partes relacionadas	1.310	2.763	1.310	2.763
Passivo arrendamento com partes relacionadas	1.722.168	899.805	1.722.168	899.805
Passivo arrendamento com terceiros	893.214	597.651	893.214	597.651
Arrendamento a pagar	-	225	-	225
Outras contas a pagar	153.139	113.471	153.139	113.471
Subtotal	5.753.725	3.944.766	5.764.662	3.932.037
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	375.207	51.358	375.207	51.358
Subtotal	375.207	51.358	375.207	51.358
Total Passivos	6.128.932	3.996.124	6.139.869	3.983.395

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2 31/12/2020	Nível 2 31/12/2019
Ativos				
<u>Valor justo através do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.604.053	829.427	1.604.053	829.427
Aplicações financeiras	663	55.992	663	55.992
Subtotal	1.604.716	885.419	1.604.716	885.419
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	207.283	178.405	207.283	178.405
Créditos com partes relacionadas	8	11	8	11
Títulos a receber	33.907	76.905	33.907	76.905
Subtotal	241.198	255.321	241.198	255.321
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	245.372	45.336	245.372	45.336
Subtotal	245.372	45.336	245.372	45.336
Total Ativos	2.091.286	1.186.076	2.091.286	1.186.076
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	2.417.283	1.859.766	2.422.429	1.840.398
Fornecedores	1.101.769	922.000	1.101.769	922.000
Débitos com partes relacionadas	118	125	118	125
Outras contas a pagar	176.390	123.584	176.390	123.584
Passivo arrendamento com terceiros	934.284	629.716	934.284	629.716
Arrendamento a pagar	5.283	225	5.283	225
Títulos a pagar	12.979	13.685	12.979	13.685
Subtotal	4.648.106	3.549.101	4.653.252	3.529.733
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	417.121	60.873	417.121	60.873
Subtotal	417.121	60.873	417.121	60.873
Total Passivos	5.065.227	3.609.974	5.070.373	3.590.606

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais. A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “*Rating*” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF) e swaps de *commodities* (vide nota 25.h), são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de dívidas visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 48 e IFRS 9. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

c) Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*).

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2020	31/12/2019	Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Contratos a termo (NDF):						
Moeda estrangeira - Posição vendida						
Vencimento em 2020	USD	-	369.332	R\$	-	(6.452)
Vencimento em 2021	USD	384.710	68.450	R\$	(80.586)	7.911
Vencimento em 2022	USD	47.100	-	R\$	3.496	-
TOTAL	USD	431.810	437.782	R\$	(77.090)	1.459

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação

Vencimento	Moeda	Contratos a termo (NDF)
Até 31/03/2021	R\$	(70.300)
Até 30/06/2021	R\$	(18.233)
Até 30/09/2021	R\$	10.756
Até 31/12/2021	R\$	(2.809)
Até 31/03/2022	R\$	4.061
Até 30/06/2022	R\$	(1.316)
Até 30/09/2022	R\$	751
	R\$	(77.090)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de referência			Valor justo		
	(notional)					
	Moeda	31/12/2020	31/12/2019	Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Banco Itaú BBA S/A	USD	63.350	98.990	R\$	(18.953)	1.175
XP Investimentos S.A.	USD	15.470	15.000	R\$	3.356	(979)
Banco Safra S.A.	USD	26.450	7.475	R\$	(1.212)	(58)
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	USD	79.910	5.700	R\$	3.475	1.197
Banco Bradesco S/A	USD	23.050	31.795	R\$	2.140	(939)
Banco Votorantim S/A	USD	20.490	70.460	R\$	(7.781)	(3.524)
Morgan Stanley S/A	USD	24.570	72.100	R\$	(14.188)	4.433
Banco J.P. Morgan S/A	USD	58.260	14.550	R\$	(26.378)	781
Banco Santander Brasil S/A	USD	38.530	66.962	R\$	(16.864)	1.425
Banco ABC Brasil S.A.	USD	17.730	16.760	R\$	(13.169)	2.035
Rabobank International Brasil S.A.	USD	11.000	29.990	R\$	(5.191)	(2.988)
Banco BTG Pactual S.A.	USD	53.000	8.000	R\$	17.675	(1.099)
Total	USD	431.810	437.782	R\$	(77.090)	1.459

Para determinação do valor justo das operações de contrato a termo (NDF) foram utilizados os seguintes critérios: curva futura do dólar publicada pela B3 (www.b3.com.br) no fechamento de cada período. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros DI x Pré B3 (www.b3.com.br) de fechamento de cada período.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação

Riscos da variação da taxa de câmbio

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os períodos de 2021 e 2022, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 28 de dezembro de 2020, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$5,0000 variando para a taxa Ptax do dia 31 de dezembro de 2020 de R\$5,1967.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 3,7500, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,5000, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 6,2500, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 7,5000, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Controladora					
Descrição	Cenário remoto Cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário pela cotação do encerramento do exercício cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário remoto Cotação R\$
Exercício 2021					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.113.710)	(556.855)	87.627	556.855	1.113.710
Estimativa de compromissos em USD (2)	399.725	199.863	(31.450)	(199.863)	(399.725)
Contratos a Termo (NDF) (3)	445.525	222.763	(35.054)	(222.763)	(445.525)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(268.460)	(134.229)	21.123	134.229	268.460
Exercício 2022					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.476.280)	(738.140)	116.154	738.140	1.476.280
Estimativa de compromissos em USD (2)	100.250	50.125	(7.888)	(50.125)	(100.250)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(1.376.030)	(688.015)	108.266	688.015	1.376.030
Total	(1.644.490)	(822.244)	129.389	822.244	1.644.490

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação

Riscos da variação da taxa de câmbio--Continuação

Consolidado					
Descrição	Cenário remoto Cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário pela cotação do encerramento do período cotação R\$	Cenário possível Cotação R\$	Cenário remoto Cotação R\$
	2,5000	3,7500	5,1967	6,2500	7,5000
Exercício 2021					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.315.625)	(657.813)	103.513	657.813	1.315.625
Estimativa de compromissos em USD (2)	461.500	230.750	(36.311)	(230.750)	(461.500)
Contratos a termo (NDF) (3)	500.275	250.138	(39.362)	(250.138)	(500.275)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(353.850)	(176.925)	27.840	176.925	353.850
Exercício 2022					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(1.674.458)	(837.229)	131.746	837.229	1.674.458
Estimativa de compromissos em USD (2)	110.750	55.375	(8.714)	(55.375)	(110.750)
Contratos a termo (NDF) (3)	7.000	3.500	(551)	(3.500)	(7.000)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)	(1.556.708)	(778.354)	122.481	778.354	1.556.708
Total	(1.910.558)	(955.279)	150.321	955.279	1.910.558

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

Controladora				
	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	166.575	32.054	125.979	31.255
Fornecedores	(145.921)	(28.080)	(138.313)	(34.315)
Exposição líquida do balanço patrimonial	20.654	3.974	(12.334)	(3.060)

Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)	Saldo em (R\$ mil)	Saldo em (USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	193.413	37.218	166.942	41.418
Fornecedores	(176.010)	(33.869)	(167.891)	(41.653)
Exposição líquida do balanço patrimonial	17.403	3.349	(949)	(235)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps*, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

Descrição	Valor de referência (nocial)			Valor justo		
	Moeda	31/12/2020	31/12/2019	Moeda	31/12/2020	31/12/2019
Com vencimentos em 2020						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	135.483	R\$	-	(19.444)
Commodities - Boi gordo	USD	-	-	R\$	-	-
Subtotal	USD	-	135.483	R\$	-	(19.444)
Com vencimentos em 2021						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	180.673	17.656	R\$	(209.486)	(4.245)
Commodities - Boi gordo	USD	799	-	R\$	25	-
Subtotal	USD	181.472	17.656	R\$	(209.461)	(4.245)
Com vencimentos em 2022						
Operações financeiras						
Commodities - Algodão	USD	9.644	-	R\$	(6.992)	-
Total geral	USD	191.116	153.139	R\$	(216.453)	(23.689)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço--Continuação

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2021 e 2022, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 31/12/2020 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.

A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado convertido em R\$ 5,1967 pelo PTAX venda de fechamento de 31/12/2020:

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço--Continuação

Riscos da variação dos preços das commodities--Continuação

Variação da Receita altamente provável com cenários de preços					
Descrição	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
Algodão - 2021					
Receita altamente provável	2.051.552	2.051.552	2.051.552	2.051.552	2.051.552
Receita altamente provável protegida	2.051.552	2.051.552	2.051.552	2.051.552	2.051.552
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
Soja - 2021					
Receita altamente provável	995.033	1.140.463	1.285.893	1.431.323	1.576.753
Receita altamente provável protegida	704.173	704.173	704.173	704.173	704.173
Exposição líquida	290.860	436.290	581.720	727.150	872.580
Variação da Exposição líquida	(290.860)	(145.430)	-	145.430	290.860
Algodão - 2022					
Receita altamente provável	1.122.969	1.391.506	1.660.044	1.928.582	2.197.119
Receita altamente provável protegida	585.894	585.894	585.894	585.894	585.894
Exposição líquida	537.075	805.612	1.074.150	1.342.688	1.611.225
Variação da Exposição líquida	(537.075)	(268.538)	-	268.538	537.075
Soja - 2022					
Receita altamente provável	693.765	941.964	1.190.163	1.438.362	1.686.561
Receita altamente provável protegida	197.367	197.367	197.367	197.367	197.367
Exposição líquida	496.398	744.597	992.796	1.240.995	1.489.194
Variação da Exposição líquida	(496.398)	(248.199)	-	248.199	496.398

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de juros

Uma parcela do endividamento referente a operações de financiamento à exportação da Companhia, está vinculada a taxas de juros pré-fixadas, que é a taxa de juros utilizada em empréstimos indexados ao dólar americano ou euro.

Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores, a Companhia realiza operações de hedge através de instrumentos de swap com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada ou IPCA e taxas de juros pré-fixada (posição ativa) por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nocional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

Contraparte	Instrumento de hedge	Objeto hedgeado	MTM	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Itaú	Swap de R\$ 25MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 6,7MM a juros de 4,37% aa.	10.056	9.705	351
Itaú	Swap de R\$ 150MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 31,7MM a juros de 0,95% aa.	51.751	51.616	135
Rabobank	Swap de R\$ 60MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 11MM a juros de 1,25% aa.	8.654	8.763	(109)
Rabobank	Swap de R\$ 24,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 4,3MM a juros de 1,55% aa.	2.299	2.345	(46)
Rabobank	Swap de R\$ 8MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 1,3MM a juros de 2,05% aa.	401	402	(1)
Bradesco	Swap de R\$ 200MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 200MM a juros de 6,28% aa.	13.610	6.617	6.993
Bradesco	Swap de R\$ 240MM (Ativo IPCA + Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 240MM a juros de IPCA+3,67% aa.	2.993	458	2.535
Santander	Swap de R\$ 240MM (Ativo IPCA + Pré / Passivo CDI+Pré)	Dívida de R\$ 240MM a juros de IPCA+3,67% aa.	2.997	462	2.535
Rabobank	Swap de R\$ 30MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 6,9MM a juros de 1,11% aa.	12.511	12.277	234
Rabobank	Swap de R\$ 15MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 2,7MM a juros de 1,45% aa.	1.697	1.725	(28)
Rabobank	Swap de R\$ 5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 1,15MM a juros de 1,11% aa.	2.085	2.046	39
Rabobank	Swap de R\$ 17,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 3,8MM a juros de 0,81% aa.	6.370	6.339	31
Rabobank	Swap de R\$ 17,5MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de EUR 3,8MM a juros de 0,81% aa.	6.370	6.339	31
			121.794	109.094	12.700

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de juros--Continuação

Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 24 de dezembro de 2020 definimos os índices para o CDI, Câmbio e IPCA. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2021. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Taxa de juros*	Saldo Contábil em 31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em reais taxa pré-fixada							
Crédito Rural	4,30%	12.186	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,44%	55.744	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em reais taxa pós-fixada							
BNDES	UMBDES	1.309	(50)	(60)	(69)	(79)	(88)
Capital de Giro	184,80% CDI	361.959	(9.162)	(10.881)	(12.601)	(14.320)	(16.039)
Financiamento à Exportação	170,30% CDI	481.671	(10.890)	(13.178)	(15.466)	(17.754)	(20.041)
CRA	99,00% CDI	360.346	(3.356)	(5.068)	(6.779)	(8.491)	(10.203)
CRA	IPCA+3,67% a.a.	481.270	(7.331)	(12.770)	(18.208)	(23.646)	(29.085)
Dívidas em dólares							
NCE	4,17%	34.748	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em euro							
CCE	0,95%	203.643	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	0,81%	24.588	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	0,81%	24.588	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,11%	7.493	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,11%	44.959	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,55%	27.730	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	2,05%	8.646	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,25%	70.871	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NCE	1,45%	17.261	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em pré swapada							
CPR-F	6,28%	215.977	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(*) Taxas médias anuais.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de juros--Continuação

Riscos da variação das taxas de juros--Continuação

	Taxa de juros*	Saldo Contábil em 31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Swap							
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a.						
	Passivo: CDI + 0,85% a.a.	6.370	(115)	(145)	(175)	(205)	(236)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,81% a.a.						
	Passivo: CDI + 0,85% a.a.	6.370	(115)	(145)	(175)	(205)	(236)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a.						
	Passivo: CDI + 0,75% a.a.	2.085	(35)	(45)	(55)	(65)	(75)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,11% a.a.						
	Passivo: CDI + 0,75% a.a.	12.511	(213)	(272)	(332)	(391)	(450)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,55% a.a.						
	Passivo: CDI + 2,17% a.a.	2.299	(72)	(83)	(94)	(105)	(115)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 2,05% a.a.						
	Passivo: CDI + 1,99% a.a.	401	(12)	(14)	(16)	(17)	(19)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 4,37 % a.a.						
	Passivo: CDI + 0,5% a.a.	10.056	(146)	(194)	(241)	(289)	(337)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 0,95 % a.a.						
	Passivo: CDI +1,07% a.a.	51.751	(1.045)	(1.291)	(1.537)	(1.783)	(2.029)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 6,28 % a.a.						
	Passivo: CDI + 0,55% a.a.	13.610	(204)	(269)	(333)	(398)	(463)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 1,25% a.a.						
	Passivo: CDI + 1,90% a.a.	8.654	(246)	(288)	(329)	(370)	(411)
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Swap de R\$ 240MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)						
	Swap de R\$ 240MM (Ativo Pré / Passivo CDI+Pré)	2.993	(84)	(98)	(112)	(126)	(141)
Swap VC x IPCA + PRÉ**	Ativo: 1,45% a.a.						
	Passivo: CDI + 2,05% a.a.	2.997	(84)	(98)	(112)	(127)	(141)
Swap PRÉ x CDI + PRÉ**		1.697	(51)	(59)	(67)	(75)	(83)
Aplicações Financeiras							
CDB e Debêntures	100,88%	1.069.003	10.243	15.364	20.486	25.607	30.729

(*) Taxas médias anuais

(**) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2020.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

f) Risco de crédito

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$178.085 na controladora e R\$207.283 no consolidado (R\$137.114 na controladora e de R\$178.405 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

g) Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivativos de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

	Controladora							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2020								
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.050.748	2.241.448	307.448	1.076.946	539.566	150.788	156.091	10.609
Fornecedores	933.146	933.146	933.146	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.615.382	4.518.178	373.173	368.208	363.507	339.393	330.710	2.743.187
	5.599.276	7.692.772	1.613.767	1.445.154	903.073	490.181	486.801	2.753.796
Derivativos								
Operações com derivativos	167.360	(167.360)	(228.521)	20.571	(3.912)	14.288	30.214	-
	167.360	(167.360)	(228.521)	20.571	(3.912)	14.288	30.214	-
	5.766.636	7.525.412	1.385.246	1.465.725	899.161	504.469	517.015	2.753.796

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2020								
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	2.417.283	2.622.249	388.630	1.326.729	580.206	155.096	157.440	14.148
Fornecedores	1.101.769	1.101.769	1.101.769	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	12.979	12.979	12.273	706	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	934.284	1.353.255	167.950	161.396	156.185	130.314	110.445	626.965
	4.466.315	5.090.252	1.670.622	1.488.831	736.391	285.410	267.885	641.113
Derivativos								
Operações com derivativos	171.749	(171.749)	(260.383)	48.043	(3.912)	14.288	30.215	-
	171.749	(171.749)	(260.383)	48.043	(3.912)	14.288	30.215	-
	4.638.064	4.918.503	1.410.239	1.536.874	732.479	299.698	298.100	641.113

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

Em 23 de fevereiro de 2021 a empresa S&P Global Ratings publicou novo rating corporativo da Companhia, classificando como “[br AA]” na categoria escala nacional (Brasil).

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor justo registrado no ativo			Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2020	31/12/2019	Moeda	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF - 25.c	USD	431.810	437.782	R\$	62.292	24.663	139.382	23.204
Subtotal	USD	431.810	437.782	R\$	62.292	24.663	139.382	23.204
Operações de proteção dos produtos- operações financeiras								
Algodão - 25.d	USD	190.317	153.139	R\$	6.977	12.721	223.455	36.410
Rebanho - 25.d	USD	799	-	R\$	25	-	-	-
Subtotal	USD	191.116	153.139	R\$	7.002	12.721	223.455	36.410
Operações de proteção cambial								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	USD	6.667	26.666	R\$	10.055	6.915	-	-
Subtotal	USD	6.667	26.666	R\$	10.055	6.915	-	-
Operações de proteção cambial								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	EUR	66.782	15.671	R\$	93.391	-	1.252	1.259
Subtotal	EUR	66.782	15.671	R\$	93.391	-	1.252	1.259
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	BRL	200.000	200.000	R\$	13.610	1.037	-	-
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	BRL	480.000	-	R\$	59.022	-	53.032	-
Subtotal	BRL	680.000	200.000	R\$	72.632	1.037	53.032	-
Total				R\$	245.372	45.336	417.121	60.873
Parcela classificada no circulante				R\$	98.587	34.008	358.969	55.230
Parcela classificada no não circulante				R\$	146.785	11.328	58.152	5.643

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

i) Resultado com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado						
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	Movimento	31/12/2019
Operações de proteção cambial								
Contratos NDF	R\$	(530.881)	(142.984)	8.189	(1.599)	(63.030)	(56.217)	(6.814)
Contratos trade finance	R\$	-	(24.050)	-	-	-	-	-
Subtotal	R\$	(530.881)	(167.034)	8.189	(1.599)	(63.030)	(56.217)	(6.814)
Operações de proteção de commodities								
Swap de Commodities Agrícolas								
Algodão	R\$	(726)	50.744	1	27	(221.076)	(195.981)	(25.095)
Subtotal	R\$	(726)	50.744	1	27	(221.076)	(195.981)	(25.095)
Operações de proteção de câmbio								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	119.268	(8.622)	637	963	(326)
Subtotal	R\$	-	-	119.268	(8.622)	637	963	(326)
Operações de proteção de juros								
Swap Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	6.204	413	6.993	6.369	624
Swap IPCA+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	920	-	5.070	5.070	-
Subtotal	R\$	-	-	7.124	413	12.063	11.439	624
TOTAL	R\$	(531.607)	(116.290)	134.582	(9.781)	(271.406)	(239.796)	(31.611)

j) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

j) Gestão do capital social--Continuação

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	2.050.748	1.557.727	2.417.283	1.859.766
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante)	(1.319.953)	(703.850)	(1.604.716)	(885.419)
Ganhos e perdas c/derivativos vinculados a aplicações e dívidas	(92.761)	(7.951)	(121.794)	(6.693)
Dívida líquida ajustada	638.034	845.926	690.773	967.654
Patrimônio líquido	2.940.379	2.784.677	3.151.058	2.984.421
Índice de alavancagem financeira	21,70%	30,38%	21,92%	32,42%

26. Subvenções governamentais

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99 e de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaguás e Planorte ao PROALMAT (Mato Grosso). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a pagar.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGro ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício de 2020, foram reconhecidos R\$ 171 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado. Este valor foi reconhecido em reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

27. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido da controladora, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo de despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participação nos resultados	41.354	24.503	46.701	27.684

28. Pagamento baseado em ações

a) Plano de opções de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3,75% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

28. Pagamento baseado em ações--Continuação

a) Plano de opções de ações--Continuação

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes outorgas:

Data da outorga	Plano (*)	Quantidade ações outorgadas
11/11/2015	2015	393.000
08/11/2016	2016	363.500
08/11/2017	2017	373.000
13/11/2018	2018	195.893
13/11/2019	2019	613.750
06/11/2020	2020	637.450

(*) Os planos de 2015 a 2018 tem suas quantidades de ações apresentadas na tabela antes do desdobramento de capital.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 e os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$ (*)	Saldo em 31/12/2019	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo em 31/12/2020
2015	R\$ 13,79	14.800	-	(14.800)	-	-
2016	R\$ 11,64	139.100	-	(32.200)	(92.300)	14.600
2017	R\$ 18,02	580.600	-	(82.400)	(277.800)	220.400
2018	R\$ 46,25	388.936	-	(35.930)	(57.100)	295.906
2019	R\$ 14,23	613.750	-	(59.700)	(22.525)	531.525
2020	R\$ 20,03	-	637.450	-	-	637.450
		1.737.186	637.450	(225.030)	(449.725)	1.699.881

(*) Os planos de 2015 a 2018 tem o valor de suas ações antes do desdobramento de capital.

O preço do exercício dos Programas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 20%.

28. Pagamento baseado em ações--Continuação

a) Plano de opções de ações--Continuação

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 08/11/2018	1%	16.500
A partir de – 08/11/2019	3%	53.100
A partir de – 13/11/2019	8%	131.356
A partir de – 08/11/2020	18%	298.656
A partir de – 12/11/2020	32%	535.962
A partir de – 06/11/2021	43%	727.197
A partir de – 12/11/2021	61%	1.032.046
A partir de – 06/11/2022	72%	1.223.281
A partir de – 12/11/2022	85%	1.444.901
A partir de – 06/11/2023	100%	1.699.881

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes para os planos de 2015, 2017, 2018, 2019 e 2020. O plano de 2016 foi precificado pelo modelo Binomial.

Para a determinação do valor justo dos planos de opções a Companhia adota a técnica de avaliação de “Nível 3”.

O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	R\$ 21,36	R\$ 17,20	R\$ 18,02	R\$ 46,25	R\$ 14,23	R\$ 20,03
Valor justo médio ponderado						
Prêmios	R\$ 7,57	R\$ 5,56	R\$ 6,93	R\$ 18,16	R\$ 6,05	R\$ 8,31
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	3,50%	5,80%
Volatilidade do preço da ação	33,44%	32,39%	32,39%	36,80%	41,45%	41,03%
Taxa de retorno Livre de Risco						
1º Vencimento	15,41%	12,27%	7,12%	6,95%	4,57%	3,11%
2º Vencimento	15,72%	11,49%	8,30%	8,01%	5,14%	4,72%
3º Vencimento	15,78%	11,27%	9,18%	8,86%	5,68%	5,81%
Período esperado até o vencimento						
1º Vencimento	366	366	365	365	365	365
2º Vencimento	731	731	730	730	730	730
3º Vencimento	1.096	1.096	1.095	1.095	1.095	1.095

(*) Valor justo apurado com base no preço da ação na data da outorga de cada plano.

28. Pagamento baseado em ações--Continuação

a) Plano de opções de ações--Continuação

Reconciliação de opções de ações em circulação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Em circulação em 1º de janeiro	R\$30,73	1.737.186	R\$39,51	912.673
Outorgadas durante o exercício	R\$20,03	637.450	R\$14,23	613.750
Exercidas durante o exercício	R\$20,11	(449.725)	R\$13,87	(699.130)
Canceladas durante o exercício	R\$20,33	(225.030)	-	-
Desdobramento do capital	-	-	R\$20,10	909.893
Em circulação	R\$30,91	1.699.881	R\$30,73	1.737.186
Exercíveis	R\$25,11	535.962	R\$22,45	550.786

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2020 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$20,11 a R\$30,91 (R\$13,68 a R\$39,51 em 31 de dezembro de 2019).

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$25,11 (R\$22,45 em 31 de dezembro de 2019).

b) Plano de ações restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

28. Pagamento baseado em ações--Continuação

b) Plano de ações restritas--Continuação

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 08 de novembro de 2017, 13 de novembro de 2018, 13 de novembro de 2019 e 06 de novembro de 2020 foram aprovados os Programas de Outorga de Ações Restritas de 2017, 2018, 2019 e 2020 com outorga de 93.375 (antes do desdobramento do capital), 48.973 (antes do desdobramento do capital), 153.438 ações e 159.363 ações, respectivamente.

Ano da outorga	Valor justo na outorga - R\$(*)	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2020
		Saldo em 31/12/2019	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2017	R\$ 18,02	69.100	-	(7.000)	(62.100)	-
2018	R\$ 54,60	67.564	-	(6.925)	(25.976)	34.663
2019	R\$ 18,46	153.438	-	(14.925)	(41.541)	96.972
2020	R\$ 27,20	-	159.363	-	-	159.363
		290.102	159.363	(28.850)	(129.617)	290.998

(*) Os planos de 2017 e 2018 tem o valor de suas ações antes do desdobramento de capital.

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. Em contrapartida no passivo circulante, em conta específica de obrigações trabalhistas, os valores de INSS e FGTS (despesa), conforme apresentados abaixo:

	Plano de Ações Restritas	
	31/12/2020	31/12/2019
Despesa	R\$ 2.808	R\$ 2.285
Despesa INSS	R\$ 395	R\$ 302
Despesa FGTS	R\$ 358	R\$ 255

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções stock options e plano de ações restritas, em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$6.463 (despesa) em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.386 em 31 de dezembro de 2019).

29. Cobertura de seguros

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Natureza	Cobertura	
Estoques de grãos e algodão	R\$	105.000
Máquinas e equipamentos	R\$	715.031
Responsabilidade civil de administradores	R\$	60.000
Prédios e benfeitorias	R\$	105.000
Seguro garantia	R\$	22.373
Aeronave - casco *	R\$	13.624
Aeronave – reta	R\$	1.028
Responsabilidade civil geral	R\$	5.000
Empresarial	R\$	3.377
Drones	R\$	10.320
Sementes	R\$	62.529
Veículos	Contra terceiros	

* Valor da cobertura de USD 3.380, convertido pela taxa de venda do último dia do mês R\$5,1967.

Seguro de estoque de grãos e algodão – Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão. Sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 27/06/2021.

Seguro de Máquinas e Equipamentos – Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas da controlada e controladora, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2021.

Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão na controlada e controladora. Apólices com vencimentos em 11/01/2022.

29. Cobertura de seguros--Continuação

Seguro de prédios e benfeitorias - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias das Fazendas da controlada e controladora, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 11/01/2022.

Seguro Garantia - Cobertura de proteção aos possíveis riscos gerados ao patrimônio da empresa, em função do fiel cumprimento das obrigações ocasionadas por processos judiciais trabalhistas das Fazendas Panorama e Piratini. Apólices com vencimento nos períodos de 19/09/2021 e 31/07/2023.

Seguro da Aeronave – Reta - Cobertura para danos pessoais e/ou materiais, causados a passageiros e tripulantes pela aeronave da SLC Agrícola, incluindo danos causados a bagagens. Apólice com vencimento em 17/01/2021.

Seguro da Aeronave – Casco - Cobertura de garantia contra danos materiais causados ao casco da aeronave da SLC Agrícola, incluindo responsabilidade civil por danos causados a terceiros. Apólice com vencimento em 17/01/2021.

Seguro de responsabilidade civil geral - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que a SLC Agrícola S/A vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 11/01/2022.

Seguro Empresarial - Cobertura Patrimonial Empresarial a danos materiais na estrutura física do prédio e mobiliário do escritório da Matriz da SLC Agrícola S/A, causados por incêndio, explosão e fumaça. Apólice com vencimento em 12/01/2021.

Seguro de Drone – Reta - Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 12/12/2021.

Seguro de Sementes - Cobertura de beneficiamento e depósito de grãos das sementes localizadas nas Fazendas Pamplona e Fazenda Panorama. Apólice com vencimento em 27/06/2021.

Seguro de Veículos - Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 09/10/2021.

30. Receita líquida de vendas

Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	2.711.983	2.227.723	3.200.054	2.614.708
Venda de produtos	3.161.943	2.343.738	3.731.661	2.730.998
Resultado com operações de <i>hedge</i>	(449.960)	(116.015)	(531.607)	(116.290)
Deduções, impostos e contribuições	(78.699)	(63.733)	(102.507)	(78.803)
Receita operacional líquida	2.633.284	2.163.990	3.097.547	2.535.905

31. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(2.408.692)	(1.985.922)	(2.802.782)	(2.257.472)
Despesas com vendas	(149.471)	(134.043)	(173.964)	(152.972)
Despesas gerais e administrativas	(103.811)	(80.864)	(115.452)	(89.324)
Outras despesas operacionais	(7.566)	(7.702)	(10.132)	(45.740)
	(2.669.540)	(2.208.531)	(3.102.330)	(2.545.508)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(83.781)	(76.595)	(119.686)	(105.810)
Despesas com pessoal	(266.013)	(264.179)	(319.572)	(308.783)
Matéria prima e materiais	(1.455.134)	(1.174.134)	(1.736.678)	(1.399.363)
Aluguéis e arrendamentos	(21.409)	(97.218)	(21.823)	(55.747)
Amortização de direito de uso	(119.580)	(65.787)	(73.663)	(43.336)
Variação ativo biológico CPV	(659.349)	(471.174)	(750.996)	(524.266)
Fretes	(56.708)	(51.744)	(63.602)	(58.191)
Custo da venda de terras	-	-	-	(36.029)
Outras despesas	(7.566)	(7.700)	(16.310)	(13.983)
	(2.669.540)	(2.208.531)	(3.102.330)	(2.545.508)

32. Informações por segmento

O Grupo possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita dos produtos e arrendamentos	3.110.558	2.534.600	225.144	213.847	(238.155)	(212.542)	3.097.547	2.535.905
Ativos biológicos	775.534	504.751	-	-	-	-	775.534	504.751
Custos dos produtos	(2.862.619)	(2.332.753)	(9.983)	(45.621)	69.820	120.902	(2.802.782)	(2.257.472)
Resultado bruto	1.023.473	706.598	215.161	168.226	(168.335)	(91.640)	1.070.299	783.184
Despesas/receitas operacionais	(154.485)	(84.673)	34.604	2.838	(169.488)	(142.637)	(289.369)	(224.472)
Despesas com vendas	(173.964)	(152.972)	-	-	-	-	(173.964)	(152.972)
Despesas gerais e administrativas	(120.157)	(95.155)	(3.887)	(2.457)	8.592	8.288	(115.452)	(89.324)
Honorários da administração	(14.100)	(13.056)	(616)	(771)	-	-	(14.716)	(13.827)
Outras receitas (despesas) operacionais	153.736	176.510	39.107	6.066	(178.080)	(150.925)	14.763	31.651
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	868.988	621.925	249.765	171.064	(337.823)	(234.277)	780.930	558.712
Resultado financeiro líquido	(204.823)	(232.763)	9.401	7.469	103.671	81.244	(91.751)	(144.050)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	664.165	389.162	259.166	178.533	(234.152)	(153.033)	689.179	414.662
Imposto de renda e contribuição social	(136.836)	(76.205)	(40.682)	(17.727)	(713)	(5.689)	(178.231)	(99.621)
Lucro consolidado do exercício	527.329	312.957	218.484	160.806	(234.865)	(158.722)	510.948	315.041

32. Informações por segmento--Continuação

Informações sobre segmentos reportáveis--Continuação

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	4.093.468	2.933.700	166.105	193.964	(58.193)	(36.854)	4.201.380	3.090.810
Ativo não circulante	6.242.100	4.933.271	2.255.731	2.151.136	(4.109.520)	(3.217.088)	4.388.311	3.867.319
Ativo total	10.335.568	7.866.971	2.421.836	2.345.100	(4.167.713)	(3.253.942)	8.589.691	6.958.129
Passivo circulante	2.547.435	2.141.231	46.707	53.909	(257.045)	(151.579)	2.337.097	2.043.561
Passivo não circulante	4.635.116	2.743.240	70.779	52.680	(1.604.359)	(865.773)	3.101.536	1.930.147
Patrimônio líquido	3.153.017	2.982.500	2.304.350	2.238.512	(2.306.309)	(2.236.591)	3.151.058	2.984.421
Passivo total	10.335.568	7.866.971	2.421.836	2.345.101	(4.167.713)	(3.253.943)	8.589.691	6.958.129

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mercado interno	868.314	515.121
Venda de produtos	868.314	515.121
Mercado externo	2.331.740	2.099.587
Venda de produtos - exportação indireta	1.166.459	1.018.335
Resultado operação de hedge indireta	(133.233)	(61.699)
Venda de produtos - exportação direta	1.696.888	1.197.542
Resultado operação de hedge direta	(398.374)	(54.591)
Receita operacional bruta	3.200.054	2.614.708
Deduções, impostos e contribuições	(102.507)	(78.803)
Receita operacional líquida	3.097.547	2.535.905

32. Informações por segmento--Continuação

Informações sobre segmentos reportáveis--Continuação

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

País	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
China	477.330	28,13	286.392	23,91
Indonésia	416.600	24,55	346.486	28,93
Vietnã	231.467	13,64	102.836	8,59
Paquistão	158.442	9,34	142.127	11,87
Bangladesh	149.068	8,78	97.851	8,17
Malásia	114.331	6,74	88.412	7,38
Turquia	103.258	6,09	81.883	6,84
Coréia	23.697	1,40	14.984	1,25
Outros	22.695	1,33	36.571	3,06
	1.696.888	100,00	1.197.542	100,00

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Produto Agrícola					Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de hedge)
	Algodão em Pluma	Caroço de Algodão	Milho a Granel	Soja a Granel	Outras Culturas		
Cargill Agrícola S.A.	43.839	130	159.480	501.659	2.563	707.671	18,96%
Bunge Alimentos S.A.	-	469	43.350	390.080	5	433.904	11,63%
Omnicoton, INC.	400.487	-	-	-	-	400.487	10,73%
	444.326	600	202.830	891.739	2.568	1.542.062	41,32%

33. Evento subsequente

Processo judicial transitado em julgado em controlada.

Em 08/01/2021 transitou em julgado o processo que reconheceu o direito, à controlada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S/A, de excluir as receitas decorrentes de exportação indireta da base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o art. 25 da Lei n.º 8.870/94. A controlada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S/A está fazendo o levantamento do valor do crédito a ser recuperado, para posterior habilitação na Receita Federal.

33. Evento subsequente (Continuação)

Potencial Combinação de Negócios com a Terra Santa Agro S.A. – Aprovação pelo CADE

Conforme mencionado no Fato Relevante publicado em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com a Terra Santa Agro S.A. (“Terra Santa”) que estabelece premissas, termos e condições indicativas para uma transação através da qual a Companhia assumiria as operações agrícolas da Terra Santa por meio da incorporação de ações da Terra Santa pela SLC Agrícola, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76.

Como parte das condições para realização da potencial combinação de negócios com a Terra Santa, a operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo sido aprovada em 07 de janeiro de 2021, sem restrições.

Havendo a sequência na negociação, a Companhia divulgará a operação de acordo com o requerido pela legislação societária e regulamentação da CVM.